

POLÍTICA

Democrática

Nº36 - Outubro de 2021



Entrevista Especial – Alexandre Saraiva

Comércio ilegal de madeira atrai até traficantes de drogas

Um dos motores da destruição do meio ambiente, extração irregular de madeira atrai criminosos pela impunidade, ausência do Estado e penas irrisórias, critica o ex-superintendente da Polícia Federal no Amazonas

PÁGINA 16

Destaque

CPI da Covid expôs erros e omissões graves da desastrosa atuação de Bolsonaro no combate à pandemia no país

PAG - 06

Reportagem

Especialistas alertam para o fato de que a Covid-19 pode se tornar endemia e continuar existindo de forma sazonal

PAG - 33

Afeganistão

Retorno violento do Talibã ao controle do país questiona a fórmula hegemônica da democracia liberal

PAG - 25

PÁG. 45



Foto: Fernando Lemos/ Agência O Globo

POLÍTICA
Democrática
Edição nº 36 - Outubro 2021



EDITORIAL
A trilha estreita do segundo turno
PÁG. 4

CHARGE
PÁG. 5

ARTIGO

A CPI que fez a diferença

Alessandro Vieira
PÁG. 6

O que setembro nos revelou?

Alberto Aggio
PÁG. 9

Bolsonaro, militares e democracia

Octavio Amorim Neto
PÁG. 12

Inflação de commodities e dólar

Julia Braga
PÁG. 14



Foto: Reprodução /TV Cultura

Entrevista Especial

Alexandre Saraiva
PÁG. 16

ARTIGO

Lições do Afeganistão pós-americano

Guilherme Casarões
PÁG. 25

REPORTAGEM ESPECIAL



Foto: Tania Rego / Agência Brasil

Covid-19 pode se tornar endemia e continuar entre pessoas em menor escala

Cleomar Almeida

PÁG. 33**ARTIGO****Fapesp 60 anos**

Fernando Menezes

PÁG. 28**Arco Norte - Nova fronteira logística, econômica e ambiental**

Frederico Bussinger

PÁG. 30**Faremos Palmares de novo**

Zulu Araújo

PÁG. 38**Salve o eterno Zé Kéti!**

Henrique Brandão

PÁG. 40**Nouvelle Vague e cia**

Lilia Lustosa

PÁG. 42**Que projeto de país temos para o futuro?**

Kelly Quirino

PÁG. 44**PÁG. 42**

EXPEDIENTE

Diretor

André Amado

Editor

Paulo Jacinto

Secretário de Redação/Reportagem

Cleomar Almeida

Suporte/tecnologia

Washington Reis

Logística

Thaise Castro

Departamento Financeiro

Gustavo Loiola

Conselho editorial

Caetano Araújo, Francisco Almeida e Luiz Sérgio Henriques

Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação

G3 Comunicação

As ideias e opiniões expressas nos artigos publicados na Revista Política Democrática Online são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, as opiniões da Revista.

Colaboradores

Cultura, C&T

André Amado, Ciro Marcondes, Dora Kaufman, Eneida Queiroz, Gledson Vinicius, Henrique Brandão, Ivan Accioly, Ivan Alves, João Batista de Andrade, Jorio Dauster, José Carlos Monteiro, Lília Lustosa, Marcelo Aguiar, Marcia Gomes, Martin C. Feijó, Rui Fabiano, Sergio Denicoli, Sergio Vellozo Lucas

Economia

André Eduardo Fernandes & André Borges, Benito Salomão, César Vasquez, Elena Landau, Evandro Millet, Guilherme Mendes, Jorge Caldeira, Jorge Jatobá, José Luiz Oreiro, Leandro Machado, Luiz Paulo Vellozo Lucas, Maria Amélia Enriques, Nelson Tavares, Paulo Ferracioli, Pedro Nery, Sergio Buarque, Sergio Vale

Justiça

Arlindo Fernandes de Oliveira, Cláudio Oliveira, Eros Grau, Gilvan Cavalcanti de Melo, João Trindade, Juliana Magalhães de Oliveira, Manoel Martins Júnior, Marcus Vinicius F. da Silva Oliveira, Mario Martins Júnior, Murilo Gasparde

Política

Alba Zaluar, Alberto Aggio, Ana Maria Miranda, Andrei Meireles, Antonio Augusto de Queiroz, Caetano Araújo, Ciro Leichsenring, Cleomar Almeida, Creomar Lima Carvalho de Souza, Cristovam Buarque, Davi Emerich, Eduarda La Roque, Elimar Pinheiro Nascimento, Henrique G. Herkenhoff, Hubert Alquéres & Tibério Canuto, João Cezar de Castro Rocha, José Antonio Segato, Luiz Sergio Henriques, Marco Aurelio Nogueira, Marco Marrafon, Marcos Sorilha Pinheiro, Marcus Vinicius Furtado, Mauro Oddo Nogueira, Murilo Gasparde, Paulo Baía, Paulo Fábio Dantas, Raul de Almeida, Raul Jungmann, Ricardo Tavares, Roberto Freire, Rogério Baptistini Mendes, Vinicius Müller

Política Externa/Relações Internacionais

Davisson Belém Lopes, Fernando E. Norman, Fernando Lyra Gianlucco Fiocco, Gilberto Sabaio, Guilherme Casarões Herman Chaimovitch, Hussein Kalout, Joan Del Alcázar José Augusto Lindgren Alves, José Vicente Pimentel, Leandro Cosentino, Luiz Augusto Castro Neves, Ronaldo Sardenberg, Rubens Barbosa, Rubens Ricupero

Saúde, sócio-política, meio ambiente

Adriana Novaes, Alexandre Strapasson, Almira Rodrigues, Anivaldo Miranda, Babalão Ivanir dos Santos, Bazileu Margarido, Gloria Alvarez, Guilherme Accioly, Joaquim José Soares Neto, Lígia Bahia Luiz Geraldo Piquet Carneiro, Luiz Santini & José Gomes Temporão, Marco Santilli, Marina Silva, Pedro Scurro Neto, Randalphe Rodrigues, Rodrigo Prando, Zulu Araújo

Editorial

A trilha estreita do segundo turno

Os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada no Senado Federal para apurar responsabilidades por eventuais omissões e irregularidades havidas no enfrentamento da pandemia, aproximam-se do fim. Restou claro, do esforço de investigação, a opção consciente do governo pela estratégia da negação, em prol da manutenção, ilusória, da atividade econômica. O acesso à vacina foi postergado, enquanto tratamentos desmentidos pela pesquisa foram promovidos. O resultado foi desastroso, mas além das vidas perdidas e da pauperização dos brasileiros, houve lucros para alguns nesse desastre.

Do ponto de vista político, a Comissão Parlamentar veio a ser o evento mais relevante de 2019 para cá. Pode ser comparada a um enorme lança-foguetes, que bombardeou o governo ininterruptamente desde sua instalação. Muitas das bombas, de explosão imediata, contribuíram para a inflexão negativa da curva de popularidade governamental. Outras, de efeito retardado, ainda estão por explodir, talvez com danos até maiores que aqueles verificados até agora na imagem do Presidente e de seus auxiliares mais próximos.

No entanto, as forças oposicionistas não parecem ter atinado ainda com os movimentos necessários para fazer valer a iniciativa política que chega a suas mãos. A estratégia do governo, por sua vez, está em plena execução. Trata-se do discurso bifronte: de um lado, moderação, para ganhar tempo nas relações com os demais Poderes da República; de outro, radicalização, para manter o núcleo duro de apoio na opinião pública, os vinte por cento de avaliação favorável, indispensáveis para ultrapassar a barreira do primeiro turno e enfrentar a oposição na nova eleição, “zerada”, que o segundo turno representa.

O caminho do Presidente para o segundo turno é estreito e vulnerável. A derrocada econômica, os estertores da pandemia, assim como o rescaldo da CPI, conspiram contra ele. Nesse cenário desfavorável, contudo, duas janelas de oportunidade se mantêm abertas para o sucesso de seu projeto. Primeiro, a coesão dos apoiadores convictos, aqueles imunes a qualquer evidência empírica, motivados pelo medo de conspirações diversas e inimigos tão perigosos quanto imaginários. Segundo, a divisão das oposições, a rejeição recíproca que anima parte de seus integrantes e mantém viva a bandeira da antipolítica, de papel importante para o sucesso eleitoral de 2018.

Do ponto de vista da defesa da democracia, urge estreitar os caminhos eleitorais do governo. Trabalhar para trazer à luz as consequências nefastas das decisões governamentais implementadas nos três últimos anos. Saber travar, de forma simultânea e separada, a luta unitária em defesa das instituições e a disputa eleitoral legítima e respeitosa em torno de divergências programáticas.

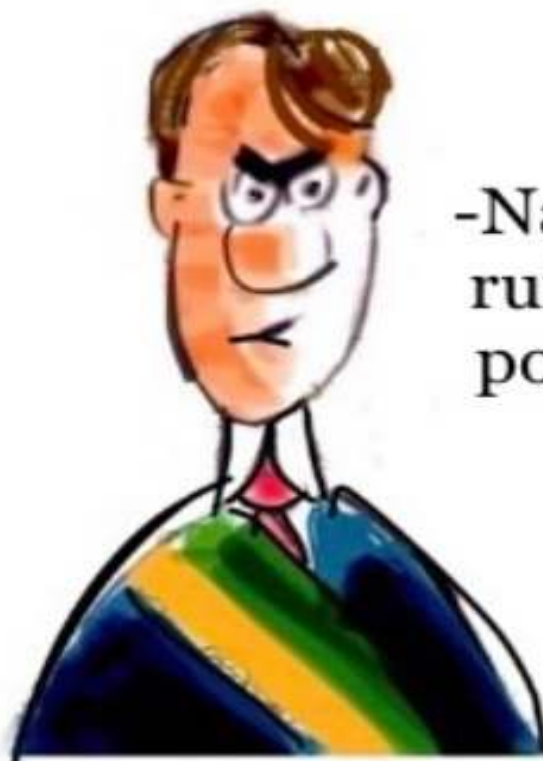


Compartilhe!

Revista Política Democrática

1000 dias de governo

- Inflação: 8,45%
- Mortos da Covid: 600.000
- Rejeição ao presidente: 64%
- Ensaio para golpe: 1
- Desemprego: 14,1%
- Desempregados: 14,4 milhões



-Nada está tão ruim que não possa piorar.

J. CAESAR

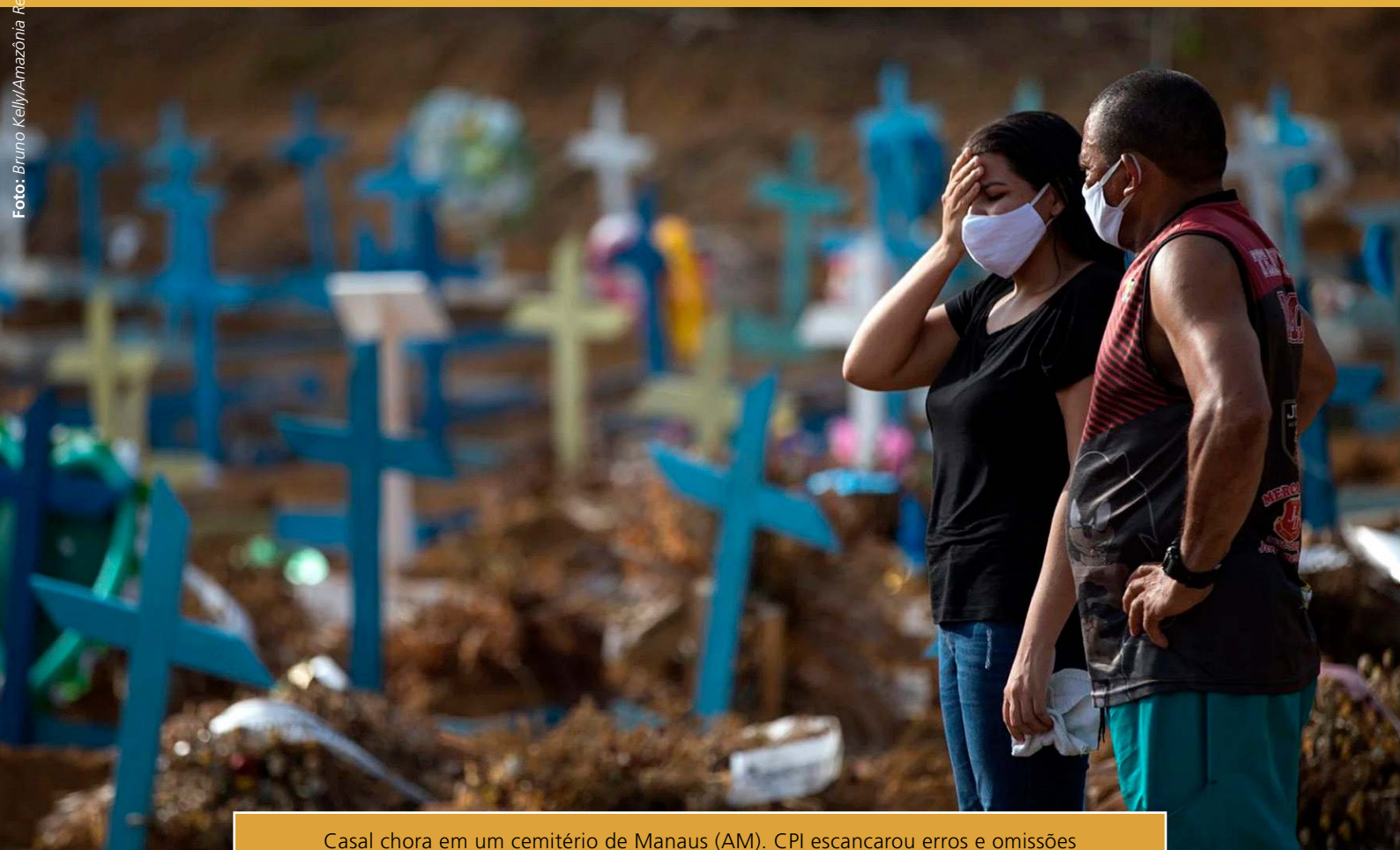


Compartilhe!

A CPI que fez a diferença

Comissão expôs erros e omissões graves da desastrosa atuação do governo Bolsonaro no combate à pandemia do novo coronavírus, que já levou à morte mais de 600 mil brasileiros

Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real



Casal chora em um cemitério de Manaus (AM). CPI escancarou erros e omissões do governo Bolsonaro, como a falta de vacinas, negacionismo e incentivo a tratamentos ineficazes

Vivemos tempos sombrios com a falta de ordenamento de nossa realidade. Uma discussão sobre o papel das Forças Armadas se instalou para além dos muros dos quartéis.

À medida que a CPI da Pandemia se aproxima de seu término, aumenta, na mesma proporção, a cobrança por resultados práticos dos seis meses de depoimentos, quebras de sigilo e milhares de documentos colhidos, em um país que, a essa altura da tragédia,

supera os 600 mil brasileiros mortos pelo coronavírus. Você já viu muitas CPIs atravessarem momentos históricos difíceis, mas certamente nunca testemunhou uma comissão parlamentar que fez tanto de fato pelo país - os porões que abriu, as portas que lacrou e, sem falsa modéstia, as vidas que salvou. A CPI tirou o foco do cercadinho e escancarou erros e omissões graves do Governo Federal. Ademais, descobriu indícios da existência de um mecanismo de favorecimento de empre-



Comissão tem desvendado volume sem precedentes de erros, omissões, irregularidades e evidências de crimes de corrupção, avalia Alessandro Vieira

“

CPI DA COVID É UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL PARA O POVO, MOSTRANDO QUE, MESMO EM TEMPOS SOMBRIOS, EXISTEM PESSOAS SÉRIAS QUE PENSAM NO BRASIL E QUE LUTAM PELA JUSTIÇA, PELA CIÊNCIA E PELA VERDADE

”

sas para desvio de recurso público operando dentro do Ministério da Saúde.

Já tivemos muitas comissões de inquérito, retratos de seus momentos políticos, da realidade do país. Algumas mornas, outras efervescentes. Algumas mero conchavo entre amigos - terminando em 'pizza' -, outras esmagadas pelos tentáculos do Estado. Mas nenhuma - e não tenho dúvida em cravar isso - como a CPI da Pandemia. Uma CPI realizada na era das tecnologias da informação e comunicação e da efervescência das redes sociais, que de forma inédita tem de lidar com o gabinete das fake news, mas também com a checagem de fatos em tempo real. Estamos chegando aos derradeiros dias de trabalho, da CPI das CPIs, como já foi consagrada. E o que lhe garante esse título é o volume de erros, omissões, irregularidades e evidências de crimes de corrupção que estão sendo desvendados à medida que ainda se vive a Pandemia, e que a cada dia novos fatos se revelam.

Mais de 600 mil brasileiros perderam suas vidas – pais, mães, irmãos, amigos, que não retornarão. Algumas ceifadas por falta de

vacinas, outras por falta de orientação e comunicação acerca de medidas não farmacológicas e tantas outras pela falta de políticas concretas de gestão e contenção e propagação do vírus. Não há precedente para tal massacre - ainda mais turbinado por um esquema corrupto e desumano, em diversos escalões e com diferentes fardamentos. Mas a CPI da Covid também reflete uma ruptura no que considero ser um momento particularmente baixo da degradação da atividade parlamentar, com o esforço do Executivo para reduzir as Casas Legislativas a um entreposto de emendas e cargos. A CPI da Covid é, mesmo em meio a esse cenário hostil, uma luz no fim do túnel para o povo, mostrando que, mesmo em tempos sombrios, ainda que em menor número, existem pessoas sérias que pensam no Brasil e que lutam pela justiça, pela ciência e pela verdade.

Foram desafios marcantes. Graças ao equilíbrio de seus líderes, e membros mais combativos, a CPI terminará seus trabalhos sem se desviar do caminho. Muito claramente, narramos, ao longo desses meses, um enredo terrível - longe de poder ter um final feliz. Além da omissão fatal do Governo Federal, comprovada nos depoimentos que convocou e documentos que analisou, a CPI expôs a vergonhosa atuação do presidente e de seus subordinados, ele que favoreceu a disseminação da epidemia causada pelo novo coronavírus, sendo incapaz de proteger seu povo - que continua enterrando centenas de brasileiros por dia. Pior: isso não foi casual, foi deliberado, baseado numa crença negacionista, anti-ciência e antivacina.

A CPI expôs um governo sem um pingão de empatia com seu povo, com os hospitais lotados e os cemitérios cheios passando longe das agendas das autoridades. A CPI seguiu o dinheiro, e o mau-cheiro, chegando aos mais altos escalões da República. Internações, intubações, dores lancinantes, cadáveres em carros frigoríficos, covas coletivas, sequelas de todo tipo, tomaram o noticiário, mas não entraram nos amplos salões do Planalto - e de muitos de seus equivalentes locais. Tivemos, tragicamente, o pior governo do mundo contemporâneo no pior momento de nossa história administrativa recente. Com base em provas documentais e depoimentos, a CPI mostra que o governo não foi só inepto, é ganancioso, favorecendo a disseminação da epidemia e o enri-

“

“COMISSÃO MOSTROU QUE O GOVERNO NÃO FOI SÓ INEPTO, É GANANCIOSO, FAVORECENDO A DISSEMINAÇÃO DA EPIDEMIA E O ENRIQUECIMENTO DE EMPRESÁRIOS E POLÍTICOS ALIADOS

”

quecimento de empresários e políticos aliados. Despejando toda sua ignorância, despreparo, ideologia, ambição, e misturando jalecos com fardas, transformou a política de saúde pública em um genocídio.

Quanto mais avançamos, mais desafios tem a comissão para que a sociedade, num novo momento, por meio de seus mecanismos legais, dê prosseguimento ao que não será possível concluir agora. Por seu tempo de vida, e por nossas próprias limitações, a CPI não conseguirá investigar todos os âmbitos de corrupção. Não acabaremos com a escuridão. Mas certamente teremos jogado muita luz sobre muitas realidades ocultas. E aberto espaços novos para o exercício da cidadania. Nossos frutos estarão espalhados por quem sabe, outras CPIs - spin-offs depois da nossa última temporada - investigações do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da Polícia Federal. E, especialmente, em nossas consciências, valores e práticas.

Esse texto é uma homenagem póstuma a um amigo que, no meio da pandemia, perdemos para a Covid. E que, presente em nossas vidas, nos animou a enfrentar o que enfrentamos. Dor e saudade, Senador Major Olímpio. Um Brasil melhor vai nascer, muito graças a



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

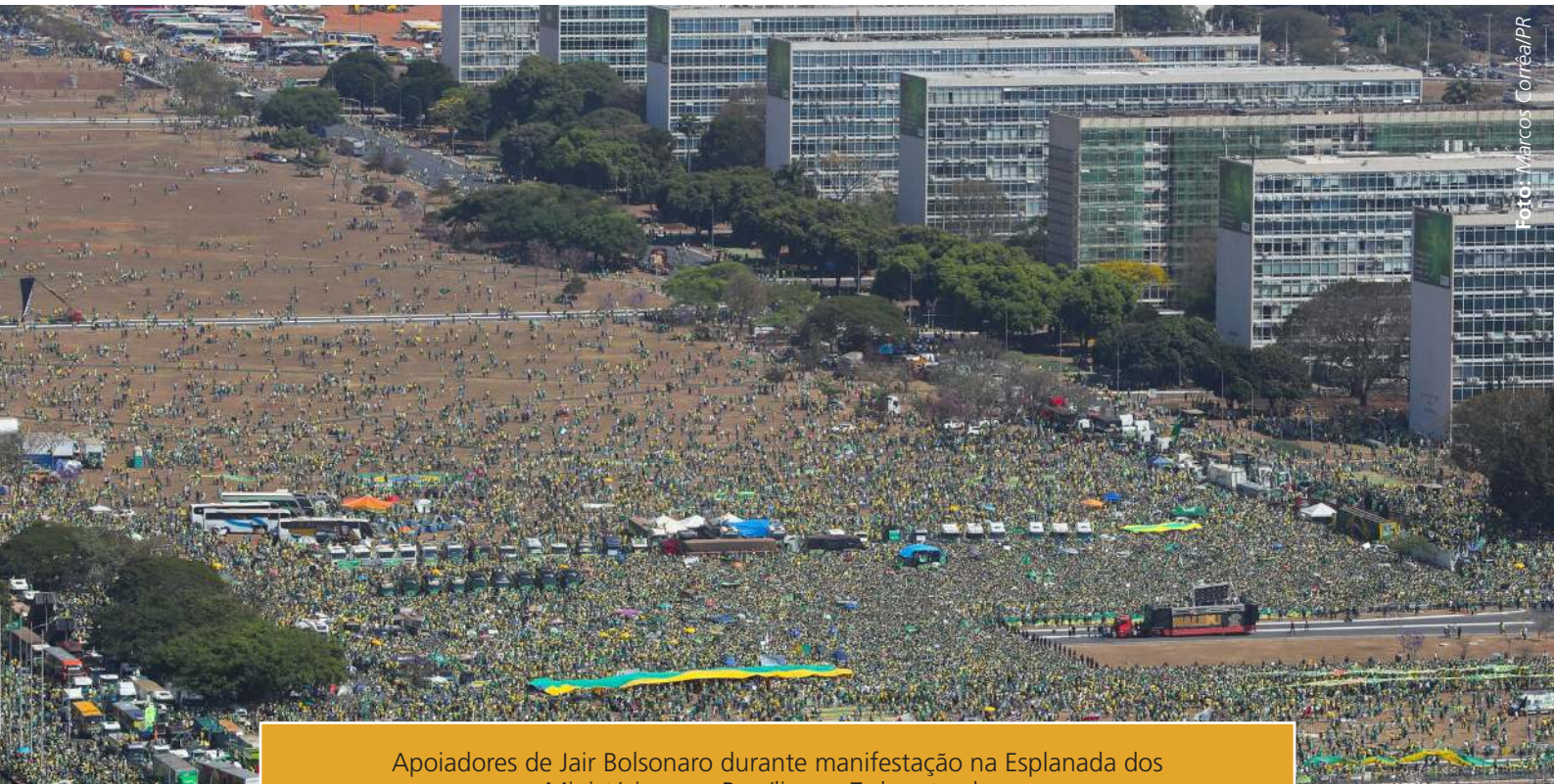
ALESSANDRO VIEIRA



Compartilhe!

O que setembro nos revelou?

Tentativa de ruptura institucional em 7 de setembro mostrou que Bolsonaro não conseguiu ampliar sua base de sustentação e aumentou ainda mais seu isolamento político



Apoiadores de Jair Bolsonaro durante manifestação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, no 7 de setembro

Dos meses do ano, agosto sempre foi, em termos políticos, o mais lembrado em razão de inúmeros acontecimentos, invariavelmente disruptivos, como o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Setembro jamais havia ganhado, na memória coletiva, tamanho protagonismo com o mesmo teor. Mas este último mês de setembro foi bem diferente e mexeu com nossos nervos, fez palpitar corações e desafiou os mais competentes cérebros da análise política. O que setembro nos revelou?

Reconhecidamente, estivemos no limiar de uma grave ruptura institucional que poderia pôr a pique nossa jovem democracia. E o grande responsável por isso foi o presidente da República, Jair Bolsonaro, pela confrontação destrutiva que estimulou e conduziu con-

tra as instituições da República, notadamente o Supremo Tribunal Federal (STF). Bolsonaro projetou e participou, no Dia da Independência, de atos antidemocráticos de massa em Brasília e São Paulo com o claro objetivo de confrontar o Poder Judiciário, rompendo o equilíbrio da República. Se essa ação produzisse os efeitos esperados a favor do presidente, estaria dado o sinal para o golpe de Estado.

Mas não foi o que aconteceu. A tentativa de golpe não prosperou. Os militares recolheram-se, depois da cerimônia oficial em Brasília, e as Polícias Militares dos Estados, controladas pelos governadores, mantiveram-se em suas funções ordinárias, garantindo a ordem.

Detalhadamente preparadas nas duas cidades mencionadas e também no Rio de Janeiro, Bolsonaro conseguiu mobilizar efeti-



Foto: Mai Yandara/Fotos Públicas

Protestos contra Bolsonaro também foram realizados em diversas cidades do país durante o Dia da Independência

vamente milhares de pessoas. Obteve, nesse curso, o apoio de parte do empresariado e da militância de suas redes sociais. No entanto, as principais forças políticas do país não deram respaldo à escalada golpista comandada pelo presidente. Muito ao contrário, partidos políticos que relutavam em fazer oposição direta ao governo passaram a falar abertamente em impeachment. O principal setor social que havia declarado apoio, os caminhoneiros, dividiu-se. Vocalizando uma retórica exaltada, parte dele ainda tentou uma "greve" nos dias sucessivos, desestimulada pelo próprio presidente da República.

O golpe fracassou, dentre outras razões, porque Bolsonaro não conseguiu adesão suficiente para levá-lo a efeito. Quer porque o suposto braço armado do dispositivo golpista recuou ou efetivamente não se compôs, quer porque a mobilização de massas não correspondeu às expectativas. Ficou a impressão de uma radicalização despropositada e irresponsável; e, por fim, de um recuo amedrontado diante da ameaça real de abertura do proces-

“
BOLSONARO É UM
LÍDER DE ESPÍRITO
FASCISTA INCAPAZ
DE DAR SOLIDEZ
E CONSEQUÊNCIA
A SEU PRÓPRIO
MOVIMENTO

”

so de impeachment.

De toda forma, o episódio revela que Bolsonaro não conseguiu ir além dos apoiadores de sempre, e o recuo do presidente, com a Carta à Nação, deixou parte de seus apoiadores bastante insatisfeitos. O resultado é cristalino: Bolsonaro não conseguiu ampliar sua base de sustentação e aumentou ainda mais seu isolamento político. Poucos dias depois, pesquisas de opinião sancionaram essa avaliação. A imensa maioria da população brasileira repudiou a iniciativa do presidente em se antagonizar abertamente com as instituições da República, quase levando a uma ruptura institucional.

Ainda que com equalização diversa em cada um dos atores, foi a sociedade política, em representação delegada da sociedade civil, que agiu de maneira célere e responsá-

vel para estancar o dispositivo golpista, antes, durante e especialmente depois do 7 de setembro. Notícia a imprensa que, nos dias seguintes, produziu-se uma espécie de “concertação” entre atores representativos e diferenciados (STF e governadores, inclusos), mais militares de alta patente, todos preocupados em montar um dispositivo antigolpe capaz de atuar constitucionalmente contra Bolsonaro caso ele queira impedir a realização das eleições de 2022, não reconhecer os resultados ou tentar se antepor à posse do eleito em janeiro do ano seguinte[1]. Como se pode ver, a democracia brasileira aderiu oportunamente à campanha do “setembro amarelo”, mês dedicado ao combate ao suicídio.

Geisel

“Mau soldado”, na definição do General Ernesto Geisel, setembro reiterou que Bolsonaro é péssimo articulador político e um presidente ainda pior. Se havia alguma inclinação analítica em compreender seu governo como “bonapartista”, o comportamento dos militares foi esclarecedor. Bolsonaro é um líder de espírito fascista incapaz de dar solidez e consequência a seu próprio movimento. É um iliberal que tem adotado ações corrosivas contra a democracia, desde o início do mandato, por meio de estratégias erráticas de “guerra de movimento” e “guerra de posição” sucessivas e superpostas.

Setembro termina com a desastrosa viagem a Nova York na qual Bolsonaro e a delegação brasileira apenas exercitaram o antidecoro, mentiram e despreocupadamente espalharam o vírus da Covid-19 pelos salões das Nações Unidas. Por aqui, felizmente, as instituições da democracia parecem ter resistido à fronda reacionária comandada pelo presidente. Qualquer projeção positiva do nosso futuro vai depender de uma compreensão consequente do que se passou neste setembro.

NOBLAT, Ricardo. “Operação antigolpe já foi deflagrada para conter Bolsonaro”. Metrôpoles, 20.09.2021

“
COMO SE PODE
VER, A DEMOCRACIA
BRASILEIRA ADERIU
OPORTUNAMENTE
À CAMPANHA
DO “SETEMBRO
AMARELO”, MÊS
DEDICADO AO
COMBATE AO
SUICÍDIO

”



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

ALBERTO AGGIO



Compartilhe!



Foto: Isaac Nobrega/PP

Com a posse do Tenente-Brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior, a Força Aérea Brasileira também passou a ser vista como intimamente ligada ao bolsonarismo

Bolsonaro, militares e democracia

Governo Bolsonaro tem nos militares um de seus pilares, constituindo base de apoio, fonte de quadros administrativos e instrumento de intimidação da oposição e das instituições de controle

Para compreender as relações entre Bolsonaro, os militares e a democracia, é necessário identificar a fórmula governativa do atual presidente.

Trata-se de uma presidência em minoria no Congresso e na população e que governa para essa minoria, excluindo de forma enfática e hostil amplos setores da sociedade. Além disso, a ênfase das políticas públicas implementadas pela gestão Bolsonaro está na distribuição de bens privados para a referida minoria, em detrimento da distribuição de bens públicos. O melhor exemplo da falta de interesse por bens públicos encontra-se no descaso com a saúde e a educação.

Todavia, a formação de um governo minoritário hostil às maiorias e pouco afeito à provisão de bens públicos não é suficien-

“

AO LONGO DE TODA A PRESIDÊNCIA DE BOLSONARO, A PROBABILIDADE DE AMEAÇA DE USO DOS MILITARES PARA INTIMIDAR OPOSITORES TEM SIDO UMA FUNÇÃO DA FRAQUEZA DO CHEFE DE ESTADO

”

te para resolver a equação de governabilidade de um presidente numa democracia, pois tal governo seria frágil e vulnerável demais, podendo rapidamente ser removido. A equação se resolve com a mobilização de seus apoiadores radicais contra as instituições e a ameaça frequente de uso das Forças Armadas – “o meu Exército” – contra opositores.

Portanto, sob Bolsonaro, os militares se tornaram um dos pilares do governo, uma vez que constituem base de apoio, fonte de quadros administrativos e instrumento de intimidação da oposição e das instituições de controle.

Ao longo de toda a presidência de Bolsonaro, a probabilidade de ameaça de uso dos militares para intimidar opositores tem sido uma função da fraqueza do chefe de Estado. Quanto mais fraco no Congresso ou na opinião pública, mais a ameaça é feita.

O auge das tentativas de vergar as instituições com a ameaça do uso da força se deu no dia 10/08/2021, quando houve, por ordem do presidente, desfile de veículos de combate em Brasília – justamente no dia em que o Congresso votaria – e derrotaria – o principal item do programa da extrema-direita bolsonarista, a proposta de emenda constitucional que restabeleceria o voto impresso.

Um dos aspectos mais impressionantes do referido desfile foi o fato de os veículos de combate pertencerem à Marinha. Esta era considerada, até então, a Força mais distante politicamente de Bolsonaro. Assim, com o desfile de 10 de agosto, o presidente completou o trabalho de entrelaçamento da imagem das três Forças a seu governo, uma vez que a Aeronáutica – sobretudo a partir da posse, em março de 2021, do Brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior como comandante da FAB – também passara a ser vista como outra Força intimamente ligada ao bolsonarismo.

O Exército é e sempre foi o principal esteio político de Bolsonaro dentro das Forças Armadas. Sua imagem está indelevelmente ligada à do presidente – trata-se, afinal, do “meu exército”, nas palavras do chefe de Estado –, não obstante os esforços envidados pelo ex-comandante, General Edson Pujol, e pelo atual, General Paulo Sérgio de Oliveira, de separar a caserna da política.

Apesar do entrelaçamento, o Alto Co-

“

O MELHOR EXEMPLO DA
FALTA DE INTERESSE POR
BENS PÚBLICOS PELO
GOVERNO BOLSONARO,
ENCONTRA-SE NO
DESCASO COM A SAÚDE E
A EDUCAÇÃO

”

mando das três Forças deve estar insatisfeito com a confusa e ambígua situação em que se encontram, apesar de todos os benefícios materiais que lhes trouxe o atual governo. Afinal de contas, os comandantes da Marinha, Exército e Força Aérea têm rechaçado a ideia de golpe de Estado.

Ou seja, as Forças Armadas brasileiras estão caminhando sobre uma corda bamba esticada entre a rejeição a aventuras golpistas e a lealdade que devem a Bolsonaro como comandante-em-chefe. E a corda está trepidando, cada vez mais, ao sabor das ameaças feitas pelo presidente. A situação vai continuar assim até o final do atual governo.

As Forças Armadas precisam de ajuda civil para descerem da corda – e do lado da democracia. Por isso, a aprovação da emenda à Constituição proibindo militares do serviço ativo de exercerem cargos civis, proposta pela Deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), é passo fundamental, uma vez que eliminará um dos principais meios pelos quais Bolsonaro logrou confundir ativa com reserva e associar os quartéis à sua presidência.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

OCTAVIO AMORIM NETO



Compartilhe!

Choque energético elevou os custos em toda a cadeia produtiva do país, incluindo a produção de alimentos

Inflação de *comodities* e dólar

Reavaliação das estratégias relativas aos setores energético e de alimentos é urgente para que o país supere a crise econômica, política e institucional que enfrenta há cinco anos

O aumento do preço das *comodities* afeta o mundo inteiro, levando a um quadro de inflação global. No Brasil, a inflação é maior que em outros países. Como explicar essa inflação mais alta que a média global?

O preço da energia para a combustão ou energia elétrica disparou neste ano. São causas desse fenômeno: a demanda do mundo digital da era pandêmica por energia elétrica, um conjunto de fatores climáticos, assim como a rápida transição energética na China, com a troca do carvão pelo gás natural para a geração de energia elétrica. A crise hídrica no Brasil, por sua vez, requereu o uso mais intensivo de termelétricas, incluindo aquelas movidas a gás natural.

Como uma *commodity* é custo de outra commodity, o choque energético eleva os custos em toda a cadeia produtiva, incluindo a produção de alimentos. Em 2020, o preço das *comodities* agrícolas (grãos e carnes) subiu intensamente (28%), devido à política de segurança alimentar na China, que demandou mais grãos e carnes, após a gripe suína de 2019. Em 2021, já acumulam alta similar (28% de janeiro a

agosto), devido tanto a problemas climáticos (cada vez mais frequentes e intensos), como ao aumento dos custos de produção.

O Brasil é um importador de insumos e bens intermediários até mesmo para a produção de alimentos, com dependência externa de máquinas e fertilizantes. Os preços dos produtos importados e exportados no Brasil, em dólar, têm grande correlação histórica com a dinâmica dos preços das commodities. Ocorre que esses preços, cotados em dólar, foram majorados pela variação cambial.

O câmbio afeta não só os preços dos bens importados, mas também os do que exportamos. Isso porque ao produtor não interessa vender no mercado interno por um preço inferior ao que poderia ganhar exportando. Para bens homogêneos e transacionáveis com o resto do mundo, vale a lei do preço único nos diversos mercados locais. Assim como ocorre com a regra da paridade internacional da Petrobrás, o exportador converte para o real o preço em dólar praticado nos mercados internacionais. Isto é, o Brasil é tomador do preço que vigora internacionalmente.

O Banco Central mede o impacto conjun-



Foto: Jaelson Lucas/Arquivo AEN

Produção de soja: variação cambial praticamente duplicou o choque de custos advindo dos preços em dólar das *commodities*

to da inflação de commodities e da variação cambial com o índice IC-Br. De janeiro de 2020 a agosto de 2021 esse índice acumula alta de 71%, mesma magnitude de 2002, quando a inflação saiu da meta. A decomposição indica que praticamente metade dessa variação é devida ao aumento do preço das commodities (34%), e outra metade, à desvalorização cambial (28%). Isso significa que a variação cambial praticamente duplicou o choque de custos advindo dos preços em dólar das *commodities*. O que surpreende é a autoridade monetária não ter dado a devida atenção a esse índice.

O aumento da taxa de juros tem o efeito de valorizar ou pelo menos frear a desvalorização cambial. Como mostra a história do Regime de Metas de Inflação, o Banco Central acaba conseguindo trazer a inflação para a meta, mesmo ultrapassando o ano calendário. Mas há um elemento adicional que atrapalha o canal de transmissão da política monetária. Keynes chamava de incerteza forte: quando fica difícil atribuir probabilidade a diferentes cenários. O investidor precisa atribuir probabilidades para calcular risco e expectativa de rentabilidade.

O Brasil acumula uma crise de natureza econômica, política e institucional há mais de 5 anos. Mesmo as empresas brasileiras, diante de tanta incerteza, optam por não internalizar a receita das exportações, deixando esse volume de dólares no exterior, sem impacto no mercado de câmbio. Cabe ao Estado dar previsibilidade aos agentes econômicos. Para isso, não basta anunciar uma meta de inflação, que pode ser descumprida sem ônus ao

presidente do banco. É preciso ter planejamento econômico.

A crise também mostra a necessidade de reavaliação das estratégias relativas aos setores energético e de alimentos. Uma prioridade deve ser o incentivo à agricultura familiar, que perdeu parcela significativa no orçamento público desde 2015, devido às regras fiscais de contenção de gastos públicos. Também é necessário debater uma regra de repasse da Petrobrás que permita suavizar, ao menos em algum grau, a forte intensidade das oscilações do preço internacional e da variação cambial (uma das mais voláteis do mundo) ao preço na bomba. Uma sugestão é um programa de recompra de ações dos acionistas minoritários, deixando a Petrobrás com mais poder para interferir no preço. Assim, os investidores não seriam prejudicados e, ao mesmo tempo, o Estado ganharia maior controle de sua política energética.

Essas políticas de caráter estrutural acabam facilitando o canal de transmissão da política monetária. Em contrapartida, como tem sido demandado de bancos centrais no mundo todo, o Banco Central do Brasil pode ter papel mais amplo de atuação em diversas áreas, facilitando o financiamento para o cumprimento de metas ambientais e sociais e as estratégias definidas no planejamento econômico.



SAIBA MAIS SOBRE A AUTORA

JULIA BRAGA



Compartilhe!

ENTREVISTA ESPECIAL - ALEXANDRE SARAIVA

'Madeira paga o desmatamento que vai deixar a terra nua'

Extração ilegal de madeira é um dos motores da destruição ambiental na região, avalia o delegado da Polícia Federal Alexandre Saraiva, ex-superintendente do órgão no Amazonas. Legislação do país é completamente ignorada, alerta

Por Caetano Araujo, Basileu Margarido e André Amado

Rastreabilidade. Esta é, hoje, a palavra-chave para o combate às irregularidades envolvendo a extração e venda ilegal de ouro e madeira da floresta amazônica, por exemplo, avalia o delegado da Polícia Federal (PF) Alexandre Saraiva, ex-superintendente do órgão no Amazonas, entrevistado especial desta 36ª edição da Revista Política Democrática Online.

Através da metodologia de isótopos estáveis, base da tecnologia de rastreabilidade, seria possível diferenciar a madeira proveniente de cada região do país, por exemplo, informa. Saraiva foi exonerado do cargo de superintendente em abril passado, após enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma notícia-crime contra o então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles por obstrução de investigação, advocacia administrativa e organização criminosa.

Os supostos crimes de Ricardo Salles, de acordo com Saraiva, ocorreram após a Operação Handroanthus, da Polícia Federal, apreender 213 mil metros cúbicos de madeira ilegal na divisa entre Amazonas e Pará, no fim do ano passado, no valor de R\$ 130 milhões. Foi a maior apreensão de madeira ilegal da história do país.

Saraiva alerta que a lei é completamente ignorada pelos madeireiros que atuam ilegalmente na região amazônica. "Tem traficante de drogas saindo do tráfico e indo para a madeira, tanto mais porque a pena do tráfico de drogas é de cinco a 15 anos, regime fechado", alerta. "Aí ele olha a madeira, está dando um dinheiro danado, e a pena é cesta básica. Não precisa ter muita inteligência para mudar de ramo", critica.

Um dos pioneiros das delegacias de crimes ambientais no país, o delegado da Polícia Federal comenta, na entrevista à Revista Política Democrática, os problemas enfrentados na região amazônica nas ações de combate ao garimpo ilegal, grilagem, extração ilegal de madeira e desmatamento, bem como aborda soluções que poderiam inibir a ação de quem comete tais crimes. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Revista Política Democrática Online (RPD): Você é um dos pioneiros das delegacias de combate aos crimes ambientais. Fala um pouco dessa sua experiência e como você aterrissou na Amazônia.

Alexandre Saraiva (AS): Quando entrei na Polícia Federal (2003), as delegacias já estavam sendo criadas ainda de uma forma incipiente, embrionária. De início, fui lotado na delegacia de Nova Iguaçu que não tinha uma área específica de meio ambiente, mas me distribuíram alguns inquéritos de meio ambiente, e eu intuitivamente me direcionei para essa área. A primeira operação chamada Euterpe que atingiu a corrupção no IBAMA do Rio de Janeiro. Revelou-se a maior operação contra a corrupção ambiental fora da Amazônia legal. Houve uma troca de informações muito positiva entre a Polícia Federal e o Ministério do Meio Ambiente. Naquela época era comum e nós confiávamos em quem estava sentado na cadeira de ministro. Hoje isso não é mais possível.

Em seguida, conduzi outra operação para combater desvio de recurso público no Cristo Redentor. A estimativa era a de que em torno de 95% da bilheteria eram embolsados pelos criminosos. Tivemos também a operação para combater o tráfico de animais silvestres no Estado, que gerava uma enormidade de recursos. Foi quando nos demos conta de quanto essa biopirataria era valiosa, do quanto o Estado brasileiro estava inerte, adormecido, anestesiado por práticas criminosas, e de como nossa legislação era leniente, impondo, no máximo, pena de pagamento de uma cesta básica. Só para dar um exemplo: prendemos um suíço que tentava sair do Brasil com um cinturão cheio de ovos de arara-azul. Cada ovo de arara-azul seria negociado a 30 mil euros na Europa, valia mais que ouro. Foram 102 presos em seis países. A

“

ACHO QUE A PALAVRA-CHAVE HOJE PARA MEIO AMBIENTE É RASTREABILIDADE. PRECISAMOS DE UMA RASTREABILIDADE CONFIÁVEL PARA O OURO E PARA A MADEIRA

”

“ OS MILITARES NÃO SABEM FAZER ISSO. POR EXEMPLO, PARARAM DE DESTRUIR O MAQUINÁRIO DE GARIMPEIRO E DE DESMATADOR. É LÓGICO QUE TEM DE SER DESTRUÍDO ”

operação foi considerada como modelo de combate ao crime organizado pela Interpol.

RPD: E sua passagem pela Amazônia. O que aconteceu por lá?

AS: Sempre quis fazer alguma coisa pela Amazônia. Fiquei 3 anos e meio em Roraima. Uma das primeiras operações foi contra o desmatamento, com uma nova abordagem investigativa, conseguimos reduzi-lo de 363% para 44%. Nossa estratégia foi: “Vamos atrapalhar o máximo possível a vida desses caras”. E nessa de tentar atrapalhar o máximo possível a gente acabou entendendo a dinâmica do desmatamento da Amazônia atual. Como todo morador do Sudeste, fui para lá com uma ideia pré-concebida de que é o agronegócio que destrói a Amazônia, a agropecuária, a agricultura. Não quero absolver de culpa essas atividades, mas motor econômico da destruição da Amazônia, atualmente, passa pela madeira, pela exploração ilegal da madeira.

RPD: E grilagem, não é?

AS: E grilagem. Vou chegar lá. Primeiro o cara chega, detona a madeira, a madeira paga o desmatamento que vai deixar a terra nua a ser grilada, mas a madeira dá muito dinheiro. Por que a madeira está dan-

do muito dinheiro? Porque o mercado internacional era dominado pelos países do sudeste asiático. Diversos artigos de pesquisadores japoneses atestaram foi a madeira o motor econômico para a destruição das florestas no sudeste asiático, depois vieram a agricultura e o gado. Pode ter vindo até um shopping center, não importa, o motor econômico foi a madeira.

No Brasil tem uma particularidade com a grilagem. O sujeito grila, tem um esquema no Incra ou no órgão estadual, mas não vai plantar ali, vai usar a terra que ele documentou de forma fraudulenta como garantia em um banco público dizendo que ele vai plantar soja, plantar gado, plantar não sei mais o quê. Passado um tempo ele não plantou nada.

RPD: O pasto não é a primeira ocupação da área desmatada?

AS: É. Mas ele não vai plantar nada, vai botar meia dúzia de bois ali, o interesse dele é outro. O empréstimo que pegou teve como garantia a terra que nunca foi dele. Ele não paga e ele diz ao banco: “Deu chuva. Deu sol. Deu gafanhoto”. Na pior das hipóteses, ele perde uma terra que nunca lhe pertenceu. Na melhor das hipóteses, ele recebe o seguro do Proagro, que é o seguro mais fraudado da face da terra. Se os senhores pegarem a área desmatada da Amazônia, e eu olhei mais de mil imagens, depois de um intervalo de cinco anos do desmatamento, não tem nada ali. Se a gente pegar os números do IBGE, números oficiais, produção agropecuária na Amazônia Legal, ela em 10 anos tem o aumento, assim, de 2%, 5%, e o desmatamento, 90%.

É muito cômodo para os países europeus jogarem essa da soja ou do gado. Mas eu falei para os embaixadores europeus que foram levados lá em Manaus pelo vice-presidente: “Os senhores nunca acharam estranho que estão comprando na Europa ipê pelo o mesmo preço de eucalipto?” E mostrei os sites. Se a gente pega o regulamento europeu 995 de 2000, que trata dos critérios para importação de madeira tropical para a Europa, veremos que é extremamente leniente, frouxo, permissivo. O importador só tem que declarar a primeira vez de quem comprou e, depois, não precisa mais. Comparando com regulamento 1760 que trata da importação de carne bo-

Foto: Reprodução/TV Cultura



vina, a conversa é outra, são mais de 200 artigos, a palavra rotulagem está escrita 35 vezes, o boi tem de receber brinco no pasto. Se for para Europa, passaporte. Não sou contra se eles querem controlar isso. Só não entendo por que com as árvores é diferente.

RPD: É possível aplicar o mesmo rigor com relação à madeira?

AS: A matéria prima utilizada pelos madeireiros é de graça, porque não pegam nada. Eles grilam a terra pública. Energia elétrica, eles também não pegam, furtam. Mandeí um ofício para a Amazonas Energia perguntando quantas unidades de consumo de energia elétrica de atividade madeireira têm? São 1913. E qual é a dívida dessas unidades? 20 milhões de reais. Mas há 69 liminares do Poder Judiciário proibindo a concessionária de cortar a energia dessas empresas. Fizemos um flagrante ano passado em uma madeireira em Presidente Figueiredo, furto de energia, o que é a regra geral, mas nesse caso eles ainda tiraram o transformador da rede e colocaram dentro da madeireira. Direitos trabalhistas? Não existe também. Não existe Estado de Direito. Não existe. A lei é completamente ignorada, e o Estado é cúmplice desses sujeitos. Como que alguém que queira produzir madeira dentro da legalidade vai conseguir competir em termos de preço com esse

peçoal? É impossível. Não tem como.

RPD: As operações da Polícia Federal no combate ao desmatamento na Amazônia foram fundamentais para o próprio Ibama. Aconteceram num momento muito importante porque no final de 2002 houve o primeiro concurso de servidores no órgão e entrou uma quantidade proporcionalmente grande de fiscais novos. Mas eles estavam entrando em um ambiente muito viciado. A Operação Curupira, no Mato Grosso, e depois as tantas outras que se assemelham como as que o senhor conduziu no Rio de Janeiro, foi fundamental para afastar os novos fiscais desse ambiente viciado.

AS: ...é outro Ibama

RPD: Além da Polícia Federal, havia a participação importante do Exército no provimento de logística para as operações, sem entrar na linha de frente. Agora, notamos uma diferença com a decretação da GLO (Garantia da Lei e da Ordem), quando passou a coordenar as ações de combate ao desmatamento na Amazônia, e não mais o Ibama.

AS: E foi um desastre. Os militares não sabem fazer isso. Por exemplo, pararam de



destruir o maquinário de garimpeiro e de desmatador. É lógico que tem de ser destruído. Ninguém discute quando se destrói um laboratório de refino de cocaína no interior da Amazônia. Evidentemente que nem tudo que está ali no laboratório de refino é utilizado exclusivamente para o refino da cocaína, mas, de uma forma ou de outra, ele dá suporte para aquilo aconteça e deve ser destruído. Ninguém questiona isso. Agora, quando é madeireiro e ou garimpeiro, vem essa choradeira toda? Não entendo. Eu mando destruir. Na ordem de missão eu já escrevo isso. Se não é para destruir é melhor nem ir.

RPD: Por que hoje não se pode fazer isso?

AS: Porque o governo proibiu o Exército de fazer isso. Minha interpretação é baseada no precedente da Suprema Corte Norte Americana, ou seja, é a teoria dos poderes implícitos que foi aceita pelo Supremo Tribunal Federal. Quando a Constituição dá a missão, ela dá os meios para o cumprimento da missão. Se a missão constitucional é a defesa do meio ambiente ou a defesa das terras indígenas, implicitamente ela dá também os meios necessários para que isso será realizado. Ponto. Isso sempre foi meu argumento, e sempre foi muito bem aceito, não preciso de um decreto para me falar isso.

RPD: Como evoluiu essa situação sem poder destruir o maquinário para impedir o desmatamento?

AS: O que aconteceu foi o seguinte. O Ibama foi retirado do cenário operacional,

retirado. A Polícia Federal foi questionada em vários documentos assinados por parlamentares, eu tenho todos guardados. Sofri uma pressão tremenda tanto agora, de um ano para cá, como na época do governo Temer.

RPD: Poderia especificar um pouco as datas marco desse processo? Quando começou isso? Parece que a coisa ia em um sentido, a partir de um certo momento começou um retrocesso. Quais foram as datas fundamentais desse retrocesso?

AS: Posso falar com uma certeza absoluta. Desde 2011, porque em 2011 participei diretamente do processo. Naquele ano nós fizemos uma operação em Roraima chamada Salmo 96:12. Ao invés de ficarmos indo a campo atrás do desmatador, começamos a olhar quem autorizou o desmatamento. Porque sem a autorização do desmatamento não dá para desmatar: "Mas o desmatamento é ilegal". É ilegal, mas tem documento. Se confunde madeira legal com madeira documentada, que são coisas complementemente diferentes. Vou dar um exemplo: imagina uma empresa, uma loja especializada em venda de veículos provenientes de furto e roubo. Para conseguir vender o veículo, ela precisa de um esquema no órgão estadual que emita um DUT (Documento Único de Transferência) e um CRV (Certificado de Registro de Veículos), senão ninguém compra. A madeira é a mesma coisa, o sujeito precisa do DOF, Documento de Origem Florestal, para colar nessa madeira senão ele não exporta, não circula.

RPD: Quem é responsável pela emissão do DOF?

AS: Com a Lei Complementar 140, aprovada pelo Congresso Nacional, passou a ser emitido pelos órgãos ambientais estaduais. Isso foi muito ruim, não que fosse perfeito com o Ibama, mas piorou muito quando foi para o Estado. Nos rincões da Amazônia, os servidores ficam sob uma pressão enorme, em que pese existirem verdadeiros heróis. O cara vai lá e caneta, diz que está tudo errado, duas páginas depois o parecer dele é ignorado e tchau e benção, sai a autorização. No Pará, é muito pior, não tem processo administrativo nenhum. Eles não fazem parte do sistema nacional de controle, que é o SISDOF.

O órgão estadual autoriza, mas tem que lançar a autorização no SISDOF. No Pará e Mato Grosso, não. É uma confusão, nem processo administrativo tem. E quando o processo administrativo não existe, os atos públicos deixam de ser transparentes, ninguém sabe quem autorizou o quê. Na minha opinião, deixa de ser uma república.

Essa última operação, que teve a presença do Ricardo Salles, foi vergonhosa. Na regularização fundiária de um assentamento de 1986, o Nelson que era o ocupante deu a terra para o João em permuta, mas só o João assina o documento com o Estado. É como se nós dois fôssemos permutar nossos carros, mas eu não assino, só o senhor que assina junto com o Estado. O Ricardo Salles recebeu os laudos, nós mandamos para ele. Antes daquela confusão toda, ele sabia o que estava acontecendo, mas ele, arrogante, querendo defender os caras, foi lá, deu uma entrevista para o Estado de São Paulo dizendo que estava tudo certo e que o maluco era eu. Citou o meu nome. Dei uma entrevista à Folha de São Paulo e bati no joelho. Falei que não ia passar a boiada.

Na quarta-feira seguinte, ele voltou lá e deu o prazo de uma semana para a Polícia Federal para liberar tudo. Quando eu olhei aquela maçaroca de papel que ele tinha me mandado, percebi que havia ultrapassado uma linha vermelha, que, na minha opinião, passou a fazer parte do crime. Quando comecei a escrever a notícia crime para o Supremo Tribunal Federal contra ele, sabia que provavelmente seria exonerado, que não seria indicado para nada. Seria normal, e até esperado que depois de dez anos como superintendente na região norte me

fosse oferecida uma adidância no exterior, este é o sonho de muitos delegados. Para mim não, eu não faço questão. Também não reclamaria de ir. Se eu não tivesse assinado aquilo, eu provavelmente não teria sido exonerado e, se fosse, talvez fosse indicado para ser adido na Europa, mas não me vendo. E mandei para o STF. Graças a Deus caiu na mão da ministra Carmem Lúcia, que deu andamento. No dia seguinte, fui comunicado pela imprensa que eu estava sendo exonerado. Hoje estou lotado na Delegacia de Volta Redonda.

RPD: E em que pé está o processo?

AS: Está no TRF1, que vai decidir qual o juízo de 1ª instância competente.

RPD: Você acha que a primeira instância vai ser ativa?

AS: Eu acho. Eu acho.

RPD: É, já foi ativa naquele primeiro processo que ele tinha em São Paulo pelo plano de manejo na região do Alto Tietê.

AS: Foi. Aquilo ali é muito interessante.

RPD: Mas depois ele conseguiu se livrar no tribunal, né?

AS: O tribunal, temos esse problema, não é? Dessas indicações pelo quinto constitucional. Isso é uma grande desgraça dos tribunais. Faço as devidas reservas àqueles que são bons magistrados e que foram indicados pelo "quinto", mas a regra geral é muito ruim. Se a gente pega o que ele fez em São Paulo, li a sentença, mutatis mutandis, é a mesma coisa que ele queria fazer na Amazônia, são aqueles ajustes factuais mudando aqui, puxando a área de preservação... Dá para contar umas 32 ilegalidades.

RPD: E essa madeira está onde?

AS: Está lá no Rio Arapiuns, no meio do nada. O TRF não decidiu. Ainda tá parado. Tudo parado, mas pelo menos a gente interrompeu, não é?

RPD: A gente sabe que outro crime muito complicado na Amazônia, além da extração de madeira é o garimpo ilegal, não é? O senhor teve também uma atuação nessa área.

AS: Sim, atuei nessa outra desgraça também. E digo, é possível resolver. Em

“

A MATÉRIA PRIMA UTILIZADA PELOS MADEIREIROS É DE GRAÇA, PORQUE NÃO PEGAM NADA. ELES GRILAM A TERRA PÚBLICA. ENERGIA ELÉTRICA, ELES TAMBÉM NÃO PEGAM, FURTAM

”

2012 quando eu era superintendente em Roraima, conduzi uma operação, chamada Xawara. Na terra Yanomami, você só entra de duas formas – pelo rio ou pelo ar, nos aviõezinhos. Suspendemos o brevê de todos os pilotos, apreendemos todos os aviões e passamos uma corrente no Rio Uraricoera. E puxamos o fio financeiro e chegamos a uma corretora em São Paulo. Ou seja, é possível. Mas precisa ter vontade política.

Instrumental tecnológico necessário, suficiente, nós temos. Expertise profissional, temos também. Não precisamos de 1 bilhão de dólares, como dizia o ex-ministro. É só pegar os dois Estados que mais desmatam, Mato Grosso e Pará, e fazer uma auditoria nos processos administrativos. Bota ali dez fiscais do Ibama, cinco peritos, isso vai sair por 100 mil reais, e acaba. Sabe por quê? Já peguei conversa de madeireiro, posso falar porque o sigilo foi levantado, que falava assim: “meu problema não é madeira, madeira eu tenho aqui de graça. Meu problema é DOF”. Entendeu? Ele precisa do DOF para colar na madeira, senão a madeira vai ficar

lá parada.

RPD: Era isso que o Salles colava na madeira quando foi lá na Amazônia?

AS: Não. Ele estava ali pegando o plano de manejo. Tinha umas 70 mil outras toras, mas ele pegou duas com o código de barra, que tem de coincidir com o toco de onde foi retirado. Ele pegou duas de 70 mil e disse: “está tudo certo, tem que liberar a madeira”. Isso é uma brincadeira. Podia mostrar para ele três mil erradas, mas ele não me perguntou. Aliás, entreguei para ele o laudo de mais de 100 páginas. Ele não tem como dizer que não sabia.

RPD: Em uma série de seminários, organizados por institutos e fundações ligados a partidos políticos, sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, um político da Amazônia insistiu em dizer não é ruim explorar os recursos da Amazônia. O povo caboclo, segundo ele, sabe fazer isso de maneira espontaneamente sustentável. Não é isso que degrada a Amazônia. O que degrada a Amazônia é não ter fiscalização das atividades consideradas ilícitas. Concorde com essa avaliação?

AS: Um dos elementos principais do fenômeno criminoso de acordo com a criminologia é a ausência de guardião, e o guardião não precisa ser um policial, não precisa ser um guarda, pode ser um satélite, pode ser uma câmera, pode ser um sistema, pode ser o blockchain. Quando a gente consegue criar uma cadeia de custódia auditável, confiável, é possível que se tenha governança. O problema é que ninguém quer criar essa cadeia porque tem muitos interesses por trás disso.

Por exemplo, blockchain é uma tecnologia já dominada e poderia resolver o problema fundiário. Não precisamos de cartório. Poderia resolver o problema da madeira, poderia resolver N problemas, mas não existe interesse político na implementação dessas tecnologias. Vivemos um tempo em que existia interesse e vontade política de grande parte dos setores governamentais, mas não dispúnhamos dessas tecnologias. Hoje é o contrário, temos disponíveis as tecnologias, os técnicos, mas não existe vontade política.

RPD: Passa muito dinheiro por essas atividades?

AS: Sim, muito. Tem traficante de drogas saindo do tráfico e indo para a madeira, tanto mais porque a pena do tráfico de drogas é de cinco a quinze anos, regime fechado. Aí ele olha a madeira, está dando um dinheiro danado, e a pena é cesta básica. Não precisa ter muita inteligência para mudar de ramo.

RPD: E qual é a saída?

AS: A saída é ciência, é tecnologia, é vontade política. O Brasil precisa investir em ciência e tecnologia de forma séria. No ano passado, dei uma olhada na relação de bolsas do CNPQ e de outros órgãos. Menos de 5% se destinavam a pesquisadores que estavam na Amazônia. E temos excelentes pesquisadores na Amazônia. O INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – tem um pessoal sensacional, de altíssimo nível científico, mas não recebe recursos. Na Universidade Federal do Amazonas e no Programa de Ciências Ambientais e Sustentabilidade, também tem gente ótima, mas não chegam recursos para as pesquisas nem equipamento. As pesquisas da Amazônia são feitas no Sudeste, por pessoas que não conhecem a realidade de lá.

Quando fui para a Amazônia, e fiquei lá 10 anos, percebi que precisamos é investir em ciência e tecnologia e precisamos gerar riqueza. Quer ver um exemplo? A BR 319, causa desmatamento ou será que a ausência do Estado a causa o desmatamento? É o caso de dizer a uma amazonense, que mora no maior estado do país, que ele não pode ter estrada? O cara não vai passar para o nosso lado da proteção ambiental, vai virar inimigo. O custo de vida em Manaus é alto, e uma das razões é a dificuldade de transporte. A gente não gera atividade econômica, a gente não consegue escoar coisas que poderiam ser produzidas na floresta. Agora, alguém pisou na bola, cometeu crime, o Estado tem que ir lá, resposta firme.

Hoje temos um sistema de satélites chamado Planet que fotografa a superfície terrestre todos os dias. Temos imagens do desmatamento de ontem. Começou a desmatar? Desloca uma equipe para lá e acaba com o desmatamento no nascedouro. Bastam 50 homens e dois, três helicópteros. Vou alcançar todos os locais? Claro que

“

NOS RINCÕES DA AMAZÔNIA,
OS SERVIDORES FICAM SOB
UMA PRESSÃO ENORME, EM
QUE PESE EXISTIREM
VERDADEIROS HERÓIS

”

não, mas eu vou utilizar a mesma lógica da Lei Seca. Qual é a probabilidade de alguém ser parado na Lei Seca? Nunca fiz o cálculo, mas deve ser 0,001. Mas esse risco é suficiente para que 80% das pessoas parem de beber enquanto dirigirem. Essa é a lógica que precisamos implementar. E isso é caro? Dois helicópteros, 50 homens? Mas por que não se faz?

RPD: Por quê?

AS: Falta de vontade política, falta de prioridade. A Polícia Federal não dá prioridade para meio ambiente. Vende esse peixe todo, mas não dá prioridade. Sou testemunha disso. Bota dois, três agentes nas delegacias de meio ambiente do Norte e nada mais. Para conseguir alguma coisa para meio ambiente é uma luta. Agora, todo



Foto: Reprodução/TV Cultura

mundo quer capitalizar quando dá certo.

RPD: Além das ferramentas de comando e controle da fiscalização, o ordenamento territorial é necessário? Pegando o exemplo da BR-163, que também era muito polêmica e sofria uma oposição quase que unânime de todo o setor socioambiental. Foi dada a licença ambiental, mas, em contrapartida, se exigiu um programa muito forte de ordenamento territorial das margens.

AS: Exato, exato. Este é o ponto.

RPD: De uns dez anos para cá, ou menos, passou a aparecer projetos de lei para reduzir as unidades de conservação. Reduzir não só tamanho, mas também a categoria. O que era Parque Nacional vira Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

AS: Um desastre. Isso acontece inclusive na Mata Atlântica, o que é um absurdo. Estamos em um momento horrível. O que a gente pode fazer hoje - e o que eu fiquei tentando fazer, me equilibrando no fio da navalha para continuar sentado na cadeira de superintendente - é uma contenção de danos. Mas foi um aprendizado muito bom, mas espero que, quando superarmos esse cenário terrível, haverá espaço para implementação e aumento dessas tecnologias. Por exemplo, em relação à madeira.

Acho que a palavra-chave hoje para meio ambiente é rastreabilidade. Precisamos de uma rastreabilidade confiável para o ouro e para a madeira. Rastreabilidade científica. Como que seria a rastreabilidade científica? Através da metodologia de isótopos estáveis, que é uma tecnologia que permite diferenciar a madeira proveniente de cada região. Por exemplo, a água que cai no Rio de Janeiro é diferente da água que cai em Manaus. O átomo de oxigênio tem mais ou menos nêutrons, e esse equipamento é capaz de pesar isso. Compramos esse equipamento em Manaus para fazer a análise do hidrogênio, oxigênio, enxofre, nitrogênio e carbono. Para se ter uma ideia, os Estados Unidos já fazem isso há algum tempo com cocaína. Eles têm a assinatura isotópica das plantações de coca e sabem, quando apreende lá, de onde saiu com uma certeza geográfica bem relevante.

Começamos a fazer isso para respondermos a duas perguntas. Primeiro e mais

importante: essa madeira não saiu de onde você está dizendo que saiu. Logo, é ilegal. Mais à frente, com o aumento do nosso banco de dados e dos parâmetros, vamos responder a segunda pergunta: essa madeira saiu do ponto Y. Para dar um exemplo do potencial disso, foi encontrado o corpo de uma mulher nos Estados Unidos. Estava só o esqueleto, mas ela tinha o cabelo comprido e queriam identificar. Cortaram o cabelo em vários pedacinhos e foram analisando os isótopos de água. Foram desenhando o caminho. Passou pelo Texas, Nova York e chegaram na cidade natal dela. É uma tecnologia revolucionária que vai agregar valor à nossa madeira. Vamos ter uma rastreabilidade científica, verdadeira.

Dizem que os índios vendiam madeira, trocavam por quinquilharia e faziam um péssimo negócio. Não sei se faziam um péssimo negócio dentro daquela circunstância. Mas hoje estamos fazendo um péssimo negócio porque a gente está vendendo madeira nobre para os Estados Unidos a preço de compensado, a preço de pinos. O Ipê leva 400 anos para se formar, eucalipto, cinco. Mas por que isso acontece? Acontece porque nossa madeira sofre um processamento primário e vai para a Europa como insumo para a produção europeia. Gera emprego na Europa. Ao passo que os nossos produtos agropecuários entram como concorrência. É muito cômodo para a Europa criticar a soja e o gado. Não digo que estão errados. A soja e o gado têm uma conta alta também. Mas por que não falam nada a madeira? Porque não interessa.



SAIBA MAIS SOBRE O ENTREVISTADO

ALEXANDRE SARAIVA



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

CAETANO ARAÚJO



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

BASILEU MARGARIDO



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

ANDRÉ AMADO



Compartilhe!



Mundo viu cenas de caos como as do aeroporto de Cabul, capital do Afeganistão, logo após a tomada do poder pelo Talibã

Lições do Afeganistão pós-americano

Retorno violento do Talibã ao controle do país é claro sinal de que a fórmula hegemônica da democracia liberal se tornou disfuncional e contraproducente

A dramática saída norte-americana do Afeganistão marca o fim de uma era. Nos vinte anos de ocupação militar do país, o mundo testemunhou o declínio do poder dos Estados Unidos e a reorganização da ordem mundial em torno de uma superpotência em ascensão, a China. Cabul era a fronteira final de um modelo hegemônico há tempos insustentável. Sua queda para os militantes radicais do Talibã é mais uma evidência, talvez a derradeira, de um mundo diferente em formação.

E que mundo é esse? Trata-se de uma no-

va-velha ordem mundial, com elementos inéditos, mas diversas características conhecidas de outros tempos. Duas novidades merecem destaque: a primeira é o deslocamento do centro de poder para a Ásia, após cinco séculos de absoluto domínio cultural, militar e político do Ocidente.

A segunda novidade diz respeito às dinâmicas de poder. Vivemos a era do mercado geopolítico, em que Washington e Beijing – e, em menor grau, o eixo Berlim-Bruxelas – mobilizam modalidades variadas de recursos econômicos, políticos ou militares para criar



Integrantes do Talibã desfilam no aeroporto de Cabul com armas, equipamentos e uniformes do exército regular afegão, financiados pelos Estados Unidos

esferas de influência globais, ao passo que países consumidores usufruem de certa liberdade para escolher a qual potência se associar, numa espécie de hegemonia à la carte.

Nesse novo arranjo, estabilidade e prosperidade valem mais que pluralismo e democracia. Se os americanos não se mostram capazes ou interessados em garantir o desenvolvimento local, com certa autonomia, os países buscarão a via chinesa, materializada no ambicioso projeto da Nova Rota da Seda. O pacto é simples: comércio e investimentos em troca de recursos naturais e lealdade política – sem julgamentos morais, receituários prontos ou imposição de valores.

O retorno da velha geopolítica trouxe consigo velhos sentimentos nacionalistas. Despida das amarras ideológicas da Guerra Fria, a disputa hegemônica sino-americana abriu espaço para a emergência de movimentos soberanistas que contestam os efeitos da globalização, de fluxos migratórios à exportação de empregos, do multiculturalismo identitário

“
BEM OU MAL, NÃO
SE PODERÁ CONTAR
COM O ÍMPETO
DAS POTÊNCIAS
OCIDENTAIS PARA
SALVAGUARDAR A
DEMOCRACIA LIBERAL
EM NÍVEL GLOBAL

”

à democracia liberal.

Nacionalistas contemporâneos em geral propõem uma visão de futuro olhando para o retrovisor, baseada no conceito de nacionalismo religioso. Expressam uma tendência, iniciada em regiões periféricas do globo e cada vez mais saliente nas democracias ocidentais, de condicionar o pertencimento nacional a um critério de fé, numa fusão pré-moderna entre identidades política e religiosa.

Sob a ótica do nacionalismo religioso, defendida por líderes mundiais tão distintos quanto Donald Trump, Jair Bolsonaro, Viktor Orbán e Narendra Modi, a religião é o ele-

mento que permite superar tanto um choque intra civilizações quanto um choque entre civilizações, para remeter à clássica (e controversa) tese de Samuel Huntington. As crises sociais internas seriam superadas pelo cimento social religioso, capaz de fornecer uma bússola moral e assegurar a unidade nacional. Ao mesmo tempo, essas mesmas religiões informariam os novos padrões de alinhamento globais. O resultado seria um mundo fundamentalmente distinto daquele que conhecemos.

Retirada

Após a retirada norte-americana, o Afeganistão rapidamente passou a incorporar todos os elementos dessa nova-velha ordem. O abrupto colapso das instituições políticas afegãs, cedendo passagem ao violento retorno do Talibã, é mais um claro sinal de que a fórmula hegemônica da democracia liberal se tornou disfuncional e contraproducente.

Na sequência, o imediato reconhecimento russo e chinês do novo governo afegão é revelador da dinâmica da geopolítica concorrencial, ou à la carte. Ao contrário de algumas previsões apressadas, os problemas que a China tem com sua própria população muçulmana não a impediram de encontrar um modus vivendi com fundamentalistas islâmicos além-fronteiras.

Por fim, a gradativa normalização do nacionalismo religioso afegão ao redor do mundo, mesmo à custa de valores democráticos, direitos humanos ou liberdades individuais, sugere que ainda veremos, ao longo desta década que se inicia, outras tentativas de solucionar crises internas pela supremacia da fé.

Bem ou mal, não se poderá contar com o ímpeto das potências ocidentais, enfraquecidas e dedicadas a resolver suas próprias divisões internas, para salvaguardar a democracia liberal em nível global. Se mais movimentos como o Talibã nos aguardam no futuro, caberá a cada sociedade garantir que essa fusão nacionalista religiosa e esse ambiente geopolítico, cada vez mais perigoso, não coloquem em risco as conquistas políticas das últimas décadas.

“

O IMEDIATO
RECONHECIMENTO
RUSSO E CHINÊS
DO NOVO
GOVERNO AFGÃO
É REVELADOR
DA DINÂMICA
DA GEOPOLÍTICA
CONCORRENCIAL,
OU À LA CARTE

”



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

GUILHERME CASARÕES



Compartilhe!



Diversos projetos financiados pela Fundação participam do Novo Anel Acelerador Sirius, do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas

Os 60 anos da FAPESP

Fundação já financiou mais de 300 mil projetos de pesquisa sobre os mais diversos temas, com impactos expressivos na Agricultura, na Medicina, na Saúde, no Meio Ambiente e no nosso conhecimento sobre o universo

Um dos exemplos brasileiros mais bem sucedidos de política pública consistentemente planejada e executada, com continuidade e sustentabilidade, é a criação de um sistema de produção e difusão de conhecimento científico no estado de São Paulo.

No contexto da Revolução Constitucionalista de 1932, que teve forte apoio nas instituições acadêmicas já consolidadas no estado, mas ainda configuradas como instituições isoladas – destacando-se a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica –, as lideranças políticas paulistas lançaram-se a um projeto que pode muito bem ser sintetizado no lema *scientia vincet*.

Esse é o lema que foi adotado para a então nascente Universidade de São Paulo, primeira grande realização desse projeto de edificação de um futuro baseado em conhecimento para uma sociedade decidida a “vencer pela ciência”.

Na sequência, as mesmas lideranças públicas, numa união de forças de todos os espectros políticos, decidiram incluir na Constituição Paulista de 1947 a seguinte regra:

Artigo 123. O amparo à pesquisa científica será propiciado pelo Estado, por intermédio de uma Fundação, organizada em moldes que forem estabelecidos por lei.

Parágrafo único. Anualmente, o Estado atribuirá a essa Fundação, como renda de sua privativa administração, quantia não inferior a meio por cento do total de sua receita ordinária.

Essa diretriz constitucional foi concretizada em 1960, por meio da Lei n. 5.918, e efetivamente posta em prática pelo Decreto n. 40.132, de 1962, editado na significativa data de 23 de maio, pelo Governador Carvalho Pinto.

Naquela ocasião, o governador tomou a decisão, própria de verdadeiros estadistas – vislumbrando o benefício das gerações futuras, e sem se preocupar com frutos político-eleitorais imediatos –, de aportar ao patrimônio da Fundação valores correspondentes àqueles que o

estado teria a ela destinado caso houvesse sido criada, como apontado pela Constituição, 15 anos antes.

Desde sempre, portanto, a FAPESP pôde contar com reais condições financeiras para desempenhar, com autonomia, sua nobre missão.

Com a Constituição Estadual de 1989, a regra especificamente voltada à FAPESP foi aprimorada, nos seguintes termos:

Artigo 271. O Estado destinará o mínimo de um por cento de sua receita tributária à Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo, como renda de sua privativa administração, para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico.

Parágrafo único. A dotação fixada no "caput", excluída a parcela de transferência aos Municípios, de acordo com o art. 158, IV, da Constituição Federal, será transferida mensalmente, devendo o percentual ser calculado sobre a arrecadação do mês de referência e ser pago no mês subsequente.

Foi assim dobrado o percentual que leva à formação do orçamento anual da FAPESP e foi acrescentada a regra das transferências mensais, o que – especialmente ao tempo de uma economia inflacionada – preserva o real valor do orçamento.

Notável ainda na história da FAPESP é a estabilidade de sua governança, aliando plena sensibilidade às diretrizes das políticas de Estado a uma real autonomia decisória, pautada eminentemente por critérios de mérito científico.

E essa autonomia é reforçada por uma sábia regra que limita os gastos da FAPESP com sua própria administração a 5% de seu robusto orçamento. Ou seja, ao menos 95% dos recursos são diretamente destinados à pesquisa científica e tecnológica, em todas as áreas do conhecimento.

Aliás, sobre esse último aspecto, o professor Celso Lafer[1], presidente da FAPESP entre 2007 e 2015, lembrando que “o significado originário da palavra ciência (do latim scientia) é conhecimento” e que “até o século 19 a dicotomia cultura científica/cultura das humanidades não era de curso corrente”, destaca que “um dos muitos méritos da FAPESP é o de se

“

NOTÁVEL NA HISTÓRIA DA FAPESP É A ESTABILIDADE DE SUA GOVERNANÇA, ALIANDO PLENA SENSIBILIDADE ÀS DIRETRIZES DAS POLÍTICAS DE ESTADO A UMA REAL AUTONOMIA DECISÓRIA, PAUTADA EMINENTEMENTE POR CRITÉRIOS DE MÉRITO CIENTÍFICO

”

ter convertido, no correr da sua exemplar trajetória, num local de encontro das duas culturas. Com efeito, o objeto do seu trabalho, graças a uma concepção ampla de pesquisa, é o avanço, com rigor e método, do conhecimento, em todas as áreas: Ciência, Tecnologia, Artes, Literatura, Filosofia e Ciências Humanas”.

Convido os leitores a aprofundarem seu conhecimento sobre os resultados da ação da FAPESP consultando as diversas publicações disponíveis em seu sítio de internet (www.fapesp.br), com destaque para seu último relatório anual (<https://fapesp.br/relatorio2020>).

“A FAPESP e as duas culturas”. O Estado de S. Paulo. Edição de 21.10.07.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

FERNANDO M. DE ALMEIDA



Compartilhe!

Arco Norte: nova fronteira logística, econômica e ambiental

Portos da região se destacam e ganham importância no escoamento de soja e milho. Desafio é tornar a logística mais eficiente



Foto: Sérgio Amaral/Portal do Agro

Terminal Fronteira Norte, em Vila do Conde, Barcarena, com equipamentos no berço de atracação e posicionamento de navios

Certamente historiadores e geógrafos encontrarão origens mais remotas. O que pode ser afirmado é que na segunda metade dos anos 1990 a expressão Arco Norte já se tornara usual. E, formalmente, ela parece ter debutado no Plano Plurianual 2000/03 (Programa "Avança Brasil") para se referir à "região lá em cima; Roraima e Amapá" e embalar um conjunto de ações estruturantes: além de rodovias, portos e hidrovias, também gás e energia elétrica. Isso sob a estratégia de "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento".

No passado mais recente, a expressão vem sendo crescentemente utilizada em sentido mais estrito: de "Saída Norte"; conceito mais logístico. Este foi antecedido pelos "Corredores" do plano de ação do biênio 1993/94 ("Reconstruindo as Artérias para o Desenvolvimento"); plano que já sinalizava a intermodalidade e previa dois deles naquela região. Este, por sua vez, foi precedido pelos "Cor-

redores de Exportação", integrantes dos dois "Plano Nacional de Desenvolvimento - PND" (PND-I e PND-II) dos governos militares (anos 1970/80).

O mapa do Brasil, aprendemos no Primário, já foi dividido no sentido norte-sul pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Nas últimas décadas, passou a sê-lo por uma linha leste-oeste que demarca o limite sul do chamado Arco Norte.

A linha do Tratado (Belém-PA a Laguna-SC) foi fixada como fronteira entre dois reinos (Portugal e Espanha); por conseguinte, um referencial geopolítico. Já a do Arco Norte é uma linha imaginária aproximadamente sobre o Paralelo-16S: grosso modo, Cuiabá-MT, Brasília-DF, Ilhéus-BA. Diante do deslocamento da fronteira agrícola brasileira em direção ao noroeste, o conceito se impôs e foi imaginado como referencial logístico prático: seria o centro de uma faixa da qual tempos e custos para acessar os portos do Sul/Sudeste praticamente se equivaleriam aos da "Saída



Obras da Ferrovia Norte-Sul no sul de Goiás, que terá como função principal o escoamento da grande produção agropecuária do interior do país

“

TRANSFORMAÇÃO DA
LOGÍSTICA DO ARCO NORTE
TRANSCENDE O MERO
ESCOAMENTO DE CARGAS E
TRANSPORTE DE PESSOAS:
PODE SER INSTRUMENTO
DE REORDENAÇÃO DA
OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO,
DE MUDANÇA DO PERFIL DA
ATIVIDADE ECONÔMICA E DA
ORGANIZAÇÃO SOCIAL

”

Norte". Apesar de informal, o termo é usado regularmente pela imprensa, centros de pesquisa, na literatura e, até nas estatísticas oficiais.

A área que o Tratado reservou a Portugal foi de 2,8 milhões de km² (32% do atual território brasileiro); ao passo que a do Arco Norte é mais que o dobro: 6,4 dos atuais 8,5 milhões de km² (3/4; 75%). Além de grande número e extensão de unidades de conservação, assentamentos, terras indígenas e quilombolas, essa vasta região abarca diversas sub-regiões com características e vocações mais uniformes; como a emergente MATOPIBA: 73 milhões de hectares dos estados de MA, TO, PI e BA.

A saída do atual quadro de crises superpostas, que vive o país e a população brasileira, o estabelecimento do tal novo-normal e mesmo o futuro do Brasil, certamente passa pelo Arco Norte. Não se trata de miragem: a região já é responsável por parcela significativa da produção energética brasileira, bem como da produção e exportação mineral e agrícola. Só de soja e milho, por exemplo, em 2020, nela foram geradas 148,6 milhões de toneladas (2/3 da produção nacional), e exportadas 42,3 Mt (31,9 %). Nos últimos 10 anos, o aumento da sua produção foi de 2,1 vezes, ao passo que o das exportações, 5,9 vezes!

Consagrou-se, entre nós, o bordão: "Até a



Aumento da participação do Arco Norte na exportação de milho e soja se intensificou a partir de 2014

porteira a agricultura brasileira é competitiva. O problema está da porteira até o porto"; ou seja, na logística. Os dados acima, porém, recomendam melhores análises e explicações: teria a exportação crescido quase o triplo do crescimento da produção se a logística, de uma forma ou de outra, não tivesse dado conta do recado? Imagine, então, se a logística fosse mais eficiente!

O desafio logístico do Arco Norte, assim, é transitar de uma logística limitada para uma logística mais eficiente. E isso não só para exportações, mas também para o abastecimento da população da região que padece, igualmente, para levar as crianças à escola, ser atendida na limitada rede de saúde... mormente nas épocas de chuva.

Ou seja, a transformação da logística do Arco Norte transcende o mero escoamento de cargas e transporte de pessoas: pode ser instrumento de reordenação da ocupação do território, de mudança do perfil da atividade econômica e da organização social. Na linha

dos "Corredores de Desenvolvimento", difundidos pelo Banco Mundial e outras agências multilaterais.

A Amazônia tem tradição de megaprojetos abandonados, inconclusos, cujos cronogramas se arrastam por anos a fio, e/ou que deixam rastros de destruição não solucionados. Mas, além disso, há vários gargalos e desafios nessa trajetória de transformações: planejamento e gestão multimodal da logística; (des) coordenação das ações dos órgãos públicos; pirataria na navegação e roubo de cargas nas estradas; sincopados bloqueios de estradas e ferrovias; *funding* para os projetos (em geral bilionários); e estabilidade regulatória (imprevisível). E o estrategicamente mais importante: equilíbrio entre o produzir e o preservar.

Parodiando conhecida marca esportiva: *just do it!*

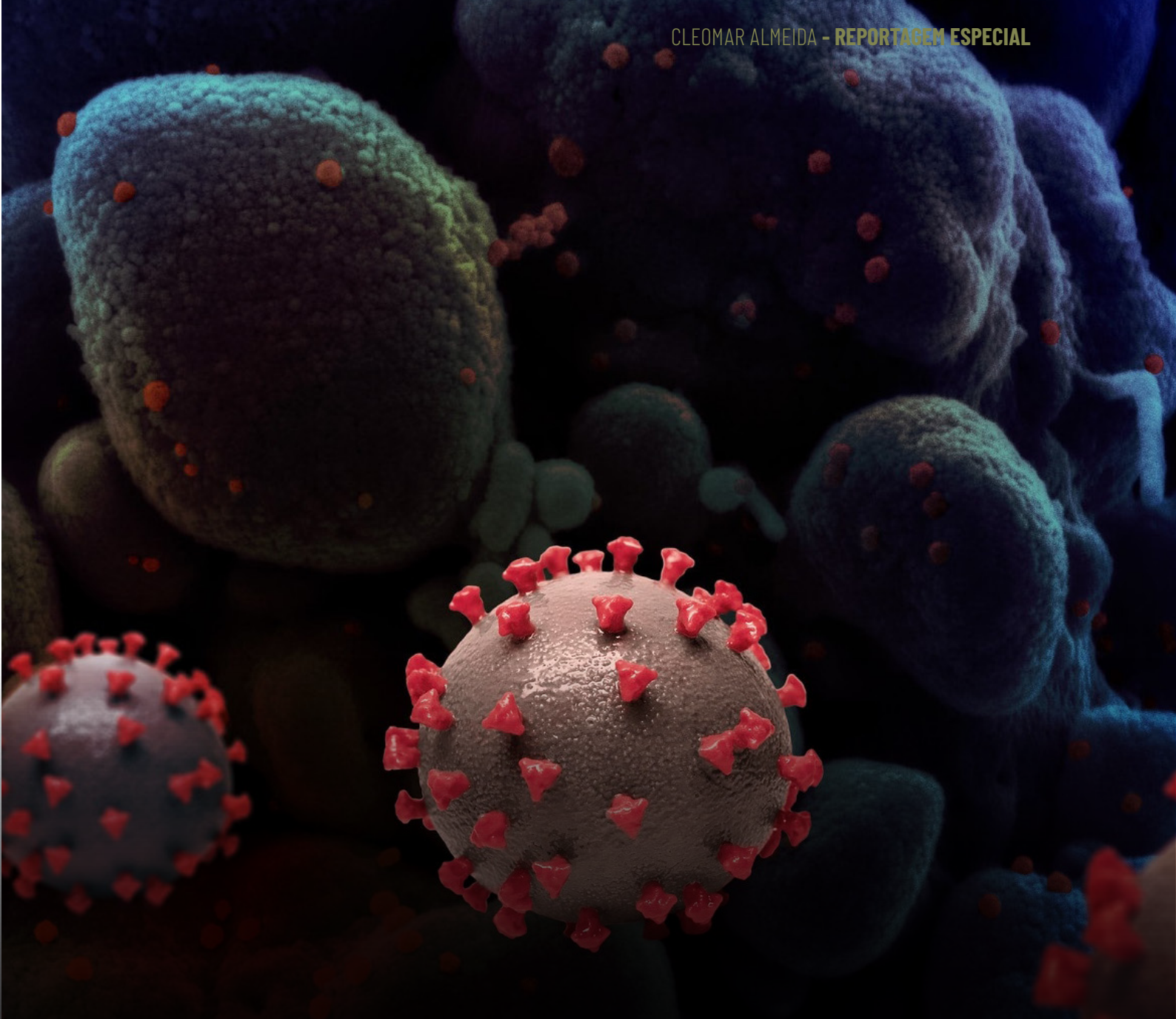


SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

FREDERICO BUSSINGER



Compartilhe!



*Covid-19 pode se tornar
endemia e continuar entre
pessoas em menor escala*

Especialistas fazem alerta sobre possibilidade de nova situação da doença
no Brasil e no mundo

Por Cleomar Almeida



Aprendizado na prática: prontuário afetivo prioriza pacientes intubados sob efeito de sedação no Hospital do Guará, em Brasília

Classificada ainda como pandemia principalmente por causa da baixa cobertura vacinal da população do Brasil e do mundo, com menos da metade das pessoas imunizadas, a infecção pela covid-19 pode evoluir para um quadro de endemia, com a circulação do vírus em escala menor e de forma sazonal. A situação gera alerta de pesquisadores e profissionais da saúde sobre a necessidade de atenção contínua em torno da doença.

O alerta já havia sido feito lá atrás, em maio de 2020, pela própria Organização Mundial da Saúde (OMS), que sinalizou que o fim da pandemia não significaria necessariamente a erradicação da covid-19, já que poderia passar a se comportar como mais uma entre as várias enfermidades endêmicas com as quais os seres humanos tiveram que aprender a conviver em seu cotidiano.

Membro titular da Academia Nacional de Medicina e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o médico

José Augusto da Silva Messias resalta que a covid-19 tem grandes chances de evoluir para situação de endemia, assim como a dengue, principalmente no nordeste, e a febre amarela, na Amazônia Legal.

“Não podemos dizer ainda que o Sars-CoV-2 já é uma endemia, mas tem grande chance de se tornar, apesar de ainda ser problema mundial”, afirma Messias, que também é diretor do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (Nesa) da Uerj. “Como é vírus de transmissão respiratória, tem grande chance de poder ficar endêmico”, assevera.

Professora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (IS-C-UFBA) e pesquisadora do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs) do Instituto Gonçalo Moniz (Fiocruz Bahia), Maria Glória Teixeira diz ser possível que a covid-19 ainda permaneça entre as pessoas.

“No caso do novo coronavírus, quando se fala que ela [covid] vai ficar endêmica,



Vacinação em massa de, ao menos 90% da população, possibilitará a volta de certa normalidade, avaliam especialistas

quer dizer que, possivelmente, ela vai continuar circulando entre as pessoas, mas em níveis bem mais baixos do que no início ou quando todo mundo estava suscetível à doença”, destaca a pesquisadora do Cida-cs em alerta publicado pela Fiocruz.

A diretora da Associação Brasileira de Saúde Coletiva e professora de medicina da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Ana Cláudia Fassa, alerta que a vacinação, apesar de eficiente para prevenir casos graves, não tem o mesmo desempenho para evitar casos leves, o que mantém o vírus circulando.

Em situação endêmica do coronavírus, de acordo com Ana Cláudia, será necessário manter algumas medidas preventivas e aprimorar os serviços de vigilância sanitária e epidemiológica para barrar eventuais novos surtos.

Vacinação

A presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações do Distrito Federal, Cláudia Valente, também acredita que o mais provável é que a pandemia evolua para uma endemia. Ela acredita que a vacinação em massa possibilitará a volta de certa normalidade, mas, conforme acrescenta, é necessário que ao menos 90% da população

esteja plenamente vacinada.

Os principais fatores apontados por especialistas que tornam ainda incerto o



Foto: IEA/USP

Número de doentes é a preocupação de resiliência do sistema de saúde, público ou privado, avalia o médico Mário Dal Poz



Vigilância Sanitária checka o uso de máscara de proteção em áreas da capital federal, como o Parque da Cidade

futuro da pandemia são as dúvidas sobre o tempo em que permanece alta a imunidade das pessoas já vacinadas ou que tiveram a doença; a necessidade ou não de uma dose de reforço para o conjunto da população; e o risco de novas variantes resistentes às atuais vacinas.

Todos os reflexos do coronavírus podem impactar ainda mais no sistema de saúde, para além da falta de leitos que marcou a falta de assistência a pacientes desde o início da pandemia, tanto em hospitais públicos quanto em privados, no país. Isso pode fazer com que as unidades se sobrecarreguem por novas demandas pós-covid.

“Tem potencialmente um número [de doentes] que pode impactar no sistema de saúde nos próximos meses ou anos. Essa é a preocupação de resiliência do sistema de saúde, no público ou no privado”, afirma o médico Mário Dal Poz, professor titular do Instituto de Medicina Social (IMS) da Uerj, um dos autores da revista Política Democrática impressa que tem como título Impactos da pandemia no SUS e será lançada neste mês pela Fundação Astrojildo Pereira (FAP).

Médica infectologista e consultora da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), Sylvia Lemos destaca a necessidade de incorporar ao cotidiano algumas práticas adotadas em meio à pandemia do novo coronavírus que podem contribuir em um possível cenário em que a doença se torne endêmica.

Máscaras

“Eu acho que teremos que nos habituar com o uso de máscaras em algumas situações pelos próximos anos, mas ela, sozinha, não adianta. Ela não pode ser tocada com as mãos sujas, então precisa haver um estímulo para que as pessoas passem a higienizar as mãos com água e sabão com mais frequência, assim como a utilizar o álcool gel”, diz a médica em texto da Fiocruz.

Por outro lado, segundo a médica, as pessoas precisam ter mais cuidado onde tocam. “A gente sabe que o vírus pode ficar no plástico, na madeira, no papelão. E outra coisa é o distanciamento físico, que é muito importante, mas é difícil, principalmente em comunidades periféricas”, acentua.

ENTENDA A DIFERENÇA

Conheça as classificações sobre abrangência e atuação de uma doença, conforme critérios científicos

Surto

É um aumento inesperado do número de infectados por determinada doença em uma região específica. Um exemplo são os casos de dengue: quando muitos casos ocorrem no mesmo bairro de uma cidade, por exemplo, as autoridades tratam esse crescimento como um surto.

Epidemia

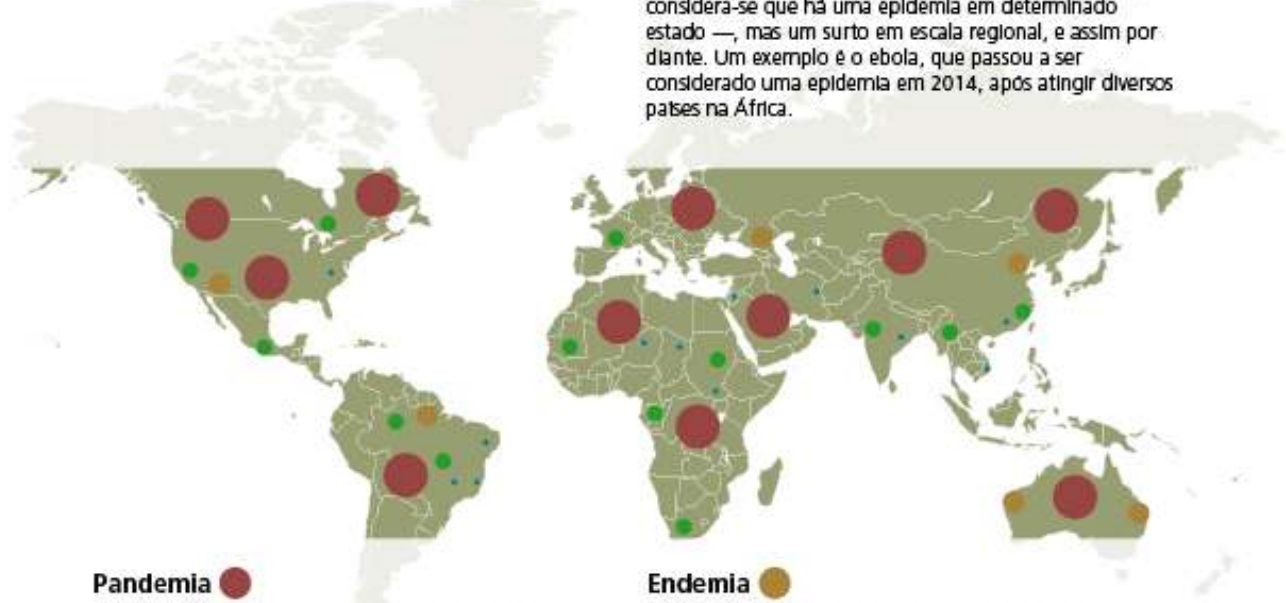
Ocorre quando o número de surtos cresce, abrangendo várias regiões de determinada cidade, por exemplo. Se isso acontecer, considera-se que há uma epidemia no município — mas um surto em escala estadual. Se o caso se espalhar para outras cidades, por sua vez, considera-se que há uma epidemia em determinado estado —, mas um surto em escala regional, e assim por diante. Um exemplo é o ebola, que passou a ser considerado uma epidemia em 2014, após atingir diversos países na África.

Pandemia

É o pior dos cenários quando o assunto são áreas infectadas: acontece quando uma epidemia alcança níveis mundiais, afetando várias regiões ao redor do globo terrestre. Para a OMS declarar a existência de uma pandemia, países de todos os continentes precisam ter casos confirmados da doença. Antes do covid-19, a última vez que algo do tipo aconteceu foi em 2009, quando a gripe A (ou gripe suína) foi declarada uma pandemia.

Endemia

Não está relacionada à quantidade, mas à grande frequência de casos de uma doença em determinada região. Um exemplo disso é a febre amarela: o norte do Brasil é considerado uma região endêmica da infecção. É uma discussão importantíssima que ainda a gente não está fazendo ou está fazendo de forma limitada.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

CLEOMAR ALMEIDA



Compartilhe!

Faremos Palmares de novo

Ações do governo Bolsonaro visam destruir a fundação que é símbolo histórico da luta e resistência pela igualdade racial no país, avalia Zulu Araújo



Protesto contra Sérgio Camargo, que tentou usar o site oficial e as redes sociais da fundação para divulgar uma campanha revisionista desqualificando Zumbi dos Palmares

A criação da Fundação Palmares é parte indissociável da luta democrática ocorrida no Brasil pela derrubada da ditadura militar e retomada da Democracia. A Constituição Cidadã de 1988 é a consolidação dessas conquistas. Ou seja, a Fundação Palmares simboliza a um só tempo a luta pela igualdade racial, social e a defesa da diversidade cultural. Em seu primeiro artigo, está inscrito seu objetivo maior: *"Promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira."*, para *"promover e apoiar a integração cultural, social, econômica e política dos afrodescendentes no contexto social do país."*

A Fundação Palmares não é, pois, uma instituição qualquer, criada a partir do bolso do colete de um político sagaz, um burocrata esperto ou um ministro sensível. É fruto de um movimento amplo, diverso, um momento histórico. A Palmares é filha dileta da grande

“
 AO LONGO DE 32 ANOS DE
 EXISTÊNCIA, A FUNDAÇÃO
 PALMARES PASSOU POR MUITA
 DIFICULDADE, SUPEROU INÚMEROS
 DESAFIOS E SE FIRMOU COMO A
 GRANDE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA/
 CULTURAL DA COMUNIDADE NEGRA
 BRASILEIRA

”

mobilização nacional que empolgou o país em 1988, no qual as mulheres, os movimentos dos direitos humanos, da defesa das crianças e combate à intolerância religiosa se uniram aos partidos políticos, para defender o retorno da Democracia ao nosso país.

Por isso mesmo, a Palmares é a vitória mais importante do movimento negro brasileiro, no século XX. Teve origem na sociedade, foi aprovada pelo Congresso Nacional, e é a primeira instituição do Estado brasileiro incumbida de elaborar políticas públicas de combate ao racismo e promoção da igualdade, a partir da valorização, preservação e difusão das manifestações culturais de origem negra no país. Isto não é pouca coisa. Essa vitória sem precedentes contou com a participação de muita gente, artistas, políticos, religiosos/as, militantes do movimento negro. Lá estavam pretos, brancos, mestiços, indígenas. Gente de esquerda, direita, tais como Ana Célia do (MNU), Embaixador Alberto Costa Silva, Carlos Moura (Comissão de Justiça e Paz), João Jorge (Olodum), Deputados/a Abdias Nascimento, Benedita da Silva e Paulo Paim, Clóvis Moura (sociólogo), Gilberto Gil (artista), Martinho da Vila (artista), Marcos Terena (indígena), Mãe Stela de Oxóssi (Yalorixá) e Zezé Mota (atriz), dentre tantos outros.

Ao longo de 32 anos de existência, a Fundação Palmares passou por muita dificuldade, superou inúmeros desafios e se firmou como a grande representação política/cultural da comunidade negra brasileira. Conquistas importantes foram alcançadas: o Parque Memorial Quilombo dos Palmares em Alagoas, (10 mil metros quadrados de área construída) o Decreto 4887/03 (certificação e regularização dos territórios quilombolas, com mais de 4.000 reconhecidos), a Lei de Cotas raciais para o Ensino Superior, (mais de 1 milhão de estudantes negros, beneficiados), além de apoio a milhares de projetos, grupos culturais, intercâmbios e trocas de experiências com comunidades negras de todo o mundo, em particular do continente africano.

A Palmares realizou ações memoráveis como a participação na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, (Durban/África do Sul/2001), a II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora, realizada em Salvador em 2006 e que contou com a presença de mais de 3.000 intelectuais afrodescendentes do mundo inteiro, assim como a participação no III FESMAN (Festival



Alvo do bolsonarismo, instituição foi criada justamente para promover e preservar valores históricos e culturais da influência negra no país

Mundial de Artes Negras /Senegal/2010), no qual contou com a maior delegação de artistas negros (465). Em que pese as dificuldades orçamentárias, financeiras e de recursos humanos, a Palmares tem cumprido com sua missão.

Portanto, o que está ocorrendo hoje na Fundação Palmares é algo muito mais profundo do que a maldade de um dirigente mal-intencionado. É a destruição de um símbolo de luta e resistência, dos nossos sonhos de igualdade, diversidade, fraternidade e de respeito ao outro, à religião do outro. Essa destruição está ocorrendo em todos os setores da cultura: patrimônio, memória, linguagens, produção de conhecimento, literatura, enfim, tudo aquilo que signifique inteligência, civilidade, cidadania. Por isso mesmo, nossa luta precisa ter foco e precisão. Não devemos cair na armadilha da fulanização. O combate é contra um sistema, o governo. E, para tanto, temos de estar juntos para fortalecer a luta democrática e defender a diversidade. E, por fim, incluir na agenda política nacional a luta pela promoção da igualdade racial como algo de todos que são democratas e progressistas, visto que a promoção da igualdade, além de um avanço civilizatório é uma necessidade humana.

Toca a zabumba que a terra é nossa!



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

ZULU ARAÚJO



Compartilhe!



Grafite celebra o centenário de Zé Kéti. Cultura, área em que o sambista brilhou, é deliberadamente maltratada pelo governo Bolsonaro

Salve o eterno Zé Kéti!

Praticamente esquecido pela grande mídia em seu centenário, Zé Kéti encantou o país com obras que se destacaram pelo combate ao preconceito, à desigualdade, a valorização da arte, da cultura e das pessoas que vivem do trabalho

Há 100 anos, em 16 de setembro de 1921, nascia em Inhaúma, bairro da cidade do Rio de Janeiro, José Flores de Jesus, um dos maiores sambistas que o Brasil já teve. Seu nome artístico? Zé Kéti. Lamentavelmente, foram escassas as alusões a seu centenário: a grande imprensa deu pouca repercussão à data, e, nas redes sociais, o tema teve baixo “engajamento”.

Zé Kéti foi um artista excepcional. Sua obra é conhecida e reverenciada por todos os grandes sambistas do país. Melodista de mão cheia, autor de belíssimos sambas – alguns de lavra própria, outros em parceria –, suas obras são regravadas periodicamente e, o que é mais importante, permanecem sendo cantadas, geração após geração, nas rodas de samba que renovam e mantêm vivas, na ponta da língua, os clássicos que são referências do que há de melhor neste gênero musical.

Seu nome artístico é uma corruptela de um apelido de infância, “Zé Quietinho”. Mas se era quieto no comportamento quando criança,

Zé Kéti soube aproveitar com desenvoltura as chances que, graças a seu talento, a vida artística lhe proporcionou ao longo da vida. Além de sambista inspirado, Zé Kéti participou de momentos decisivos da cultura brasileira.

Foi, por assim dizer, artista multimídia, num tempo em que o uso da palavra não era tão corriqueiro como hoje.

No cinema, por exemplo, teve papel importante nos primeiros filmes de Nelson Pereira dos Santos. “Eu sou o Samba”, seu primeiro sucesso, é o tema de abertura de “Rio 40 graus” (1956), em que atuou também como assistente de câmera. No filme seguinte de Nelson Pereira, “Rio Zona Norte” (1957), Grande Otelo vive um personagem inspirado nas histórias que o compositor contou ao cineasta, sobre um atravessador que tira proveito de sambistas. O samba em questão é “Malvadeza Durão”. Em 1962, participou de outro filme de Nelson Pereira, “Boca de Ouro”. Zé Kéti ainda atuou em “A Falecida” (1965), de Leon Hirszman e em “A Gran-



Com obras como “Eu sou o samba” (1955), Zé Kéti está entre os maiores compositores de todos os tempos

de Cidade” (1966), de Cacá Diegues.

No teatro musical, em 1964, Zé Kéti foi personagem de um espetáculo que marcou época, tanto pela contundência crítica ao regime militar, como pela inovação da encenação, e que reuniu na ribalta de um palco de Copacabana três vertentes da música brasileira: a Bossa Nova, representada por Nara Leão (depois substituída por uma jovem recém-chegada da Bahia, Maria Bethânia); um artista oriundo do Nordeste, João do Vale; e um sambista de origem popular, o próprio Zé Kéti.

O nome do show, “Opinião” – escrito por Oduvaldo Vianna Filho, Ferreira Gullar e Armando Costa, com direção de Augusto Boal – foi inspirado na música homônima de Zé Kéti (“Podem me prender/podem me bater/ Podem até deixar-me sem comer/que eu não mudo de opinião/Daqui do morro eu não saio, não”). O sucesso foi tanto, que o nome da música acabou batizando o nome de um jornal de oposição, o teatro onde o espetáculo foi encenado e, também, o grupo teatral responsável pela encenação.

Essa habilidade em construir pontes entre públicos diferentes ficou clara ainda em 1963, na época do restaurante Zicartola, acrônimo do casal Cartola e Dona Zica. Localizado em um sobrado da Rua da Carioca, no Centro do Rio, era ponto de encontro de sambistas dos subúrbios e dos estudantes e intelectuais da Zona Sul. Zé Kéti teve grande participação no empreendimento. Atuou como diretor artís-

tico da casa, que tinha shows às quartas e sextas-feiras, após o expediente comercial. Foi ali, apadrinhado por ele e pelo jornalista Sérgio Cabral, que o jovem compositor Paulo Cesar Batista de Faria virou Paulinho da Viola.

Morto em 1999, aos 78 anos, Zé Kéti, acima de tudo, será sempre reverenciado como compositor de sambas antológicos. Está, sem sombra de dúvida, entre os maiores de todos os tempos. “Eu sou o samba” (1955), “Opinião” (1964), “Diz que fui por aí” (1964), “Nega Dina” (1964), “Acender as Velas” (1964), “Mascarada” (1965), “Leviana” e a marcha-rancho que virou clássico nos carnavais Brasil afora, “Máscara Negra” (1967), fazem parte de qualquer antologia.

Seu centenário devia ter sido comemorado com toda festa que um compositor do tamanho de Zé Kéti merece. Inclusive com homenagens oficiais. Mas o governo do Brasil atual é tacanho, pequeno, mesquinho. A cultura, área em que o sambista brilhou, é deliberadamente maltratada.

“Deixa andar”, diria ele, repetindo um dos versos do samba “Opinião”. Se Zé Kéti não recebeu as devidas homenagens, com certeza as rodas de samba continuarão a cantar suas obras-primas, que alegam o coração da



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

HENRIQUE BRANDÃO



Compartilhe!

Belmondo, Nouvelle Vague e cia

Movimento cinematográfico mostrou uma França mais moderna, dinâmica, com uma liberdade moral em sintonia com as transformações da sua contemporaneidade. Jean Paul Belmondo era seu grande ícone

Foto: Reprodução



Belmondo e Jean Seberg em cena de "Acossado" de Jean-Luc Godard, filme que foi uma das principais peças da Nouvelle Vague na década de 60

Em setembro, o mundo perdeu um de seus grandes atores, Jean-Paul Belmondo. Símbolo maior da Nouvelle Vague, movimento cinematográfico francês revolucionário que, inspirado no neorealismo italiano e no cinema-verdade de Jean Rouch, acabou por influenciar diversos novos cinemas em todo o mundo.

Desde o lançamento de *Acossado*, naquele março de 1960, o cinema mundial nunca mais seria o mesmo. Não por ter sido esta a pedra fundamental do movimento, mas, mais precisamente, por ter se convertido em uma espécie de manifesto da Nouvelle Vague, ao apresentar na telona estética e temática totalmente novas. O filme, dirigido por Jean-Luc Godard e baseado em argumento de François Truffaut, mandou às favas as regras já consolidadas do cinema comercial, trocou o tripé pela câmera na mão, usou película fotográfica ultrassensível para escapar da obrigatoriedade dos estúdios e ainda transformou bandidos em protagonistas, levando plateias inteiras a torcerem para que Michel (Belmondo), mesmo depois de

ter roubado um carro e matado um policial, escapasse para Roma com a bela Patricia (Jean Seberg).

A partir dali, o mundo começava a entender que já não era mais preciso se render à predatória indústria cinematográfica norte-americana, nem à francesa, nem a qualquer outra. E que era possível, sim, realizar bons filmes com poucos recursos, câmeras leves, ao ar livre, equipe reduzida, tratando de temas moralmente questionáveis. Foi a retomada do "cinema de autor", preconizado pelos vanguardistas dos anos 1920/30.

No Brasil, um dos herdeiros da Nouvelle Vague foi o Cinema Novo, que adotou a câmera na mão como slogan e levantou a bandeira da independência dos grandes estúdios, nacionais e internacionais. A liberdade era o grande lema dos jovens cinemanovistas que viam nessa nova maneira de fazer cinema uma forma de descolonizar também sua cultura. Filmes como *Os Cafajestes* (1962), de Ruy Guerra, beberam diretamente da fonte do movimento francês, sendo vistos com admiração até mesmo pe-



Belmondo nunca hesitou em dizer que considerava “intelectual” demais o estilo de cinema da Nouvelle Vague

los próprios críticos do Cahiers de Cinéma, berço da Nouvelle Vague. No filme de Guerra, Norma Bengell protagonizou o primeiro nu frontal da história do cinema brasileiro. Um escândalo para a época!

Mas o Cinema Marginal também assimilou características da “marginalidade” do movimento francês, levando-os, porém, a um paroxismo nunca visto no Brasil. O crítico e cineasta Jean-Claude Bernardet aponta várias influências de Godard em *O Bandido da Luz Vermelha* (1968), de Rogério Sganzerla, filme-marco deste movimento que sucedeu o Cinema Novo. Para ele, *Acosado* teria sido o filme que mais influenciara o cineasta paulista em sua obra. O anti-herói Jorge (Paulo Villaça) tinha muito de Michel-Belmondo, seu suicídio tendo sido moldado, porém, a partir da morte de outro personagem de um filme de Godard, Ferdinand de *O Demônio das Onze Horas* (1965), também interpretado por Belmondo.

Já nos Estados Unidos, a Nouvelle Vague impulsionou o nascimento da New Hollywood, deixando como herança a liberdade temática adotada a partir de então, com tramas que passavam a dialogar mais diretamente com o contexto sociopolítico daqueles rebeldes anos 60. Tópicos como igualdade racial e de gênero, pacifismo e liberdade sexual passaram a aparecer sem pudor nas telas de cinema. Anti-heróis viraram protagonistas e foram ganhando espaço no coração dos espectadores. Algo impensá-

vel até a estreia de *Bonnie e Clyde* (1967), de Arthur Penn, filme que abriu portas para uma nova geração de cineastas, composta por Scorsese, Coppola, Spielberg, Georges Lucas e outros. Diretores que mergulharam Hollywood em outra dimensão estética, sendo até hoje venerados e idolatrados por um sem-número de cinéfilos mundo afora. Cineastas que influenciaram, por sua vez, outras gerações que seguem trabalhando em busca de novas inspirações e tecnologias que possam revolucionar ainda mais a sétima arte.

Mas, voltando à França e ao grande ícone da Nouvelle Vague, Belmondo nunca hesitou em assumir que não era lá muito fã daquele tipo de cinema que ele considerava “intelectual” demais... Um dos filmes em que mais gostou de atuar foi *O Homem do Rio* (1964), de Philippe de Broca, uma aventura nada nouvellevaguiana, rodada em Paris e no Brasil, uma espécie de live-action de Tintim, em que Adrien (Belmondo) viaja por terras tupiniquins para salvar sua amada Ignès (Françoise Dorléac), raptada por índios sul-americanos. Certamente, um retrato-clichê de nosso país, mas que serviu para conquistar espaço nas telas e nos corações dos franceses e de todo o mundo.

Merci et au revoir, Belmondo!



SAIBA MAIS SOBRE A AUTORA

LILIA LUSTOSA



Compartilhe!

Que projeto de país temos para o futuro?

Erradicar a polaridade política atual e discutir questões estruturais como a exploração do trabalho, a violência e o racismo, faz-se urgente para a construção de um projeto de país para o século XXI, avalia Kelly Quirino



Foto: Victor Moriyama/ Getty Images

O *Atlas da Violência 2021* aponta que 77% das vítimas de homicídio do nosso país em 2019 eram negras

Que projeto temos para o futuro do Brasil? Um país estruturado em violência, exploração do trabalho, sexismo e racismo entra na década de vinte do século XXI escancarando seus problemas históricos, e as principais lideranças políticas do nosso país ainda não conseguem apresentar uma resposta para essas demandas.

Começo por essa indagação, porque ao final do século XIX o projeto das nossas elites era modernizar o país. A ciência foi uma aliada para trazer o desenvolvimento e as políticas de imigração europeia para o Brasil ter uma mão de obra assalariada e também embranquecer nosso país, considerado preto demais para a época. Era o projeto que até

“
NOSSO PROJETO DE PAÍS,
CRIADO NO SÉCULO XIX E
QUE FOI IMPLEMENTADO
NO SÉCULO XX NÃO TEM
VERGONHA DA DESIGUALDADE
E AINDA QUER MANTER
PRIVILÉGIOS

”



Violência estrutural: a cada 23 minutos um homem, jovem e negro é assassinado no Brasil

Foto: AGBR

hoje é ostentado na nossa bandeira: “Ordem e Progresso”.

A ideia de desenvolvimento pautado pela implantação da indústria no Governo Vargas, continuada por JK e pelos militares, durante a ditadura, foi responsável pelo chamado milagre econômico brasileiro que colocou o Brasil entre as dez principais economias do mundo.

Ocorre que a exploração do trabalho, a violência e o racismo fizeram com que este projeto desenvolvimentista não fosse usufruído por grupos historicamente marginalizados: negros e indígenas.

Por mais que desde o século XIX José de Alencar já celebrasse a miscigenação como uma identidade nacional – primeiro a partir da exaltação aos indígenas e portugueses –, e Mário de Andrade reconhecendo que a identidade do povo brasileiro era a soma dos três povos: indígenas, negros e brancos, no célebre Macunaíma, a riqueza gerada se concentrou nos grupos de homens brancos e continuou mantendo as piores estruturas sociais para negros e indígenas.

“

EM O GENOCÍDIO DO NEGRO BRASILEIRO, ABDIAS AFIRMA QUE O BRASILEIRO NÃO É CORDIAL COM AS PESSOAS NEGRAS. A CADA 23 MINUTOS UM HOMEM, JOVEM E NEGRO É ASSASSINADO NO BRASIL

”

“

A RETÓRICA HEROICA
DA REVOLUÇÃO
CONVIVEU COM AS
DIFICULDADES INTERNAS
E AS NECESSIDADES
DE POSICIONAMENTO
POLÍTICO NO INTRINCADO
XADREZ DA GUERRA FRIA

”

Aluísio de Azevedo, em *O Cortiço*, já apontava que o Estado brasileiro reservava os cortiços como moradia para os pretos no final do século XIX. Na década de 50, do século XX, Carolina Maria de Jesus em *O Quarto de Despejo* - denunciava os políticos, por negligenciar o povo favelado enquanto ela catava papel para alimentar seus três filhos.

No nosso projeto de país no século XX, os que são considerados cidadãos são privilegiados, e utilizam o discurso da meritocracia, para justificar seus lugares sociais. E pior, não possuem vergonha de ter irmãos pátrios que passam fome, são assassinados diariamente e não possuem moradia e nem trabalho digno.

Nosso projeto de país, criado no século XIX e que foi implementado no século XX não tem vergonha da desigualdade e ainda quer manter privilégios. As obras clássicas fundantes da Sociologia brasileira nos ajudam a compreender esse fenômeno parcialmente. Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, defende que o brasileiro é um homem cordial. Avalio que seja cordial com seus iguais: homens, brancos, cristãos, instruídos, heterossexuais. Quem não faz parte disso, é tratado de forma violenta. Daí a importância de trazer a obra de Abdias do Nascimento,

para refutar a tese de Buarque de Holanda. Em *O Genocídio do Negro Brasileiro*, Abdias afirma que o brasileiro não é cordial com as pessoas negras. A cada 23 minutos um homem, jovem e negro é assassinado no Brasil. O *Atlas da Violência 2021* aponta que 77% das vítimas de homicídio do nosso país em 2019 eram negras.

Colonização

Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* defendia que a colonização no país foi harmoniosa, negros e portugueses se relacionavam de forma amistosa, e o sexo entre senhores e negras era consensual. E aqui Lélia Gonzalez, no artigo "*Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*", refuta essa tese ao afirmar que as mulheres negras e indígenas no Brasil foram vítimas de estupro, e, no nosso projeto de país, elas são: a mulata para transar, a preta para trabalhar e a mãe preta para servir. É preciso trazer à luz na Sociologia brasileira obras como as de Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez para compreender o outro lado que Buarque de Holanda e Gilberto Freyre não contemplaram.

E chegamos no século XXI como resultado de tudo isto, em um cenário obscurantista negando a ciência que tanto nos ajudou a sermos um país industrializado, negando que somos violentos, racistas, sexistas e ainda sem um projeto de país. E a pandemia ainda agravou muito mais estas desigualdades econômicas, raciais e de gênero: 14 milhões de pessoas desempregadas e voltamos para o mapa da fome.

Que projeto de país temos para o futuro? Ainda não sabemos. Daí a importância de erradicarmos a polaridade política atual e discutir questões estruturais do nosso país, apontadas no decorrer deste artigo. Faz-se urgente a união de vários setores da sociedade brasileira – intelectuais, políticos, organizações, sociedade civil organizada, partidos, sindicatos e as pessoas que estão nas redes sociais para construirmos um projeto de país para o século XXI. Do jeito que estamos, a cada dia nos tornamos chacota mundial.



SAIBA MAIS SOBRE A AUTORA

KELLY QUIRINO OLIVEIRA



Compartilhe!



ENDEREÇO:

Fundação Astrojildo Pereira - SEPN
509, bloco D, Lojas 27/28, Edifício Isis
CEP: 70750-504 - Brasília-DF

CLEOMAR ALMEIDA

Secretário de redação
Tel.: (61) 3011-9260 / 3011-9300
E-mail: fundacaoastrojildo@gmail.com



Facefap



fundacaoastrojildo



fapastrojildo

www.fundacaoastrojildo.com.br